



31 DE AGOSTO DE 2015

Segunda-feira

- **SUZUKI MOTOR DIZ QUE RECOMPRARÁ PARTICIPAÇÃO DA VW**
- **TARIFA DA BANDEIRA VERMELHA NA CONTA DE LUZ CAI 18%**
- **LUBRIFICANTES SEM ÓLEO SÃO DESTAQUES DA BONDMANN NA INTERMACH 2015**
- **PORTA CABOS LEVA SEUS PRINCIPAIS PRODUTOS À INTERMACH 2015**
- **SEM ACORDO, GREVE NA MERCEDES-BENZ CONTINUA**
- **HONDA LEVARÁ CARRO COM MOTOR DE MOTO A FRANKFURT**
- **PRODUÇÃO GLOBAL DA HONDA TEVE QUEDA DE 2,4%**
- **MERCOSUL LEVARÁ PROPOSTA DE ACORDO À UNIÃO EUROPEIA EM OUTUBRO**
- **JAGUAR TRAZ LINHA F-TYPE 2016 AO BRASIL**
- **FORD OUVI CLIENTES SOBRE TECNOLOGIAS A BORDO**
- **INDÚSTRIA TÊXTIL DEMITIRÁ 100 MIL NO PAÍS NESTE ANO**
- **SETOR DE SERVIÇOS ENCOLHE PELA 1ª VEZ DESDE 1990, ESTIMAM ECONOMISTAS**
- **EXPORTAÇÃO BRASILEIRA SOFRE COM O ENFRAQUECIMENTO DE PAÍSES VIZINHOS**
- **COM CHINA ENFRAQUECIDA, AMÉRICA LATINA VÊ DESACELERAÇÃO SE DISSEMINAR**
- **EMPRESAS VÃO À JUSTIÇA PARA BARRAR EFEITO DE MUDANÇAS TRIBUTÁRIAS**
- **CHRYSLER 300C VOLTA AO BRASIL PARA DISPUTAR MERCADO COM SEDÃS ALEMÃES**
- **EFEITOS DE UMA FORTE DESACELERAÇÃO CHINESA NO BRASIL SÃO SUPERESTIMADOS**
- **PROJEÇÃO DO RELATÓRIO FOCUS PARA SELIC NO FIM DE 2015 SEGUE EM**

14,25%

- EMPRESAS REAGEM E FAZEM BRASIL VOLTAR À ROTA DO CRESCIMENTO, DIZ LEVY
- FLEXIBILIZAÇÃO DAS FAIXAS TRIBUTÁRIAS PODE LEVAR NEGÓCIOS JÁ ESTABILIZADOS A CRESCER
- USIMINAS APROVA CAPTAÇÃO DE US\$ 150 MILHÕES EM BANCOS ESTRANGEIROS
- AS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS QUE JÁ DÃO DINHEIRO A EMPRESAS BRASILEIRAS
- MAIS TRÊS EMPRESAS ADEREM AO PROGRAMA DE PROTEÇÃO AO EMPREGO
- NÃO HÁ PREVISÃO PARA QUANDO O BRASIL VAI VOLTAR A CRESCER, DIZEM ECONOMISTAS
- DESEMPREGO NAS CAPITALS SE DETERIORA DE FORMA MAIS RÁPIDA
- INCENTIVO À CRIAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DEVE ESTAR NA PAUTA DESTA SEMANA
- ECONOMIA DO BRASIL TEM PIOR 2º TRI EM SEIS ANOS E ENTRA EM RECESSÃO
- DEMANDA POR FERRAMENTAS ESPECIAIS SE MANTÉM ESTÁVEL
- SETOR FERROVIÁRIO MANTÉM PROJEÇÕES OTIMISTAS PARA 2015
- MÁQUINAS: QUEDA EM 2015 DEVE SUPERAR OS 12% DE 2014
- CORREIAS MERCÚRIO INVESTE R\$ 100 MILHÕES EM NOVA FÁBRICA
- COM DÉFICIT FISCAL, DÓLAR ABRE EM ALTA ANTE O REAL; BOLSA DESPENCA
- TUPER EXPLICA AS DIFERENÇAS ENTRE OS PRINCIPAIS TIPOS DE AÇO INOX
- CREDORES DA MMX, DE EIKE BATISTA, APROVAM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
- A CRISE ATUAL SERÁ DESPERDICADA?

CÂMBIO		
EM 31/08/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,625	3,626
Euro	4,057	4,097

Fonte: BACEN

Suzuki Motor diz que recomprará participação da VW

31/08/2015 - Fonte: Reuters

A japonesa Suzuki Motor disse neste domingo que vai recomprar a participação de 19,9 por cento que vendeu a Volkswagen AG após uma corte de arbitragem internacional resolver uma disputa entre as duas companhias após fracasso da parceria.

A Suzuki solicitou arbitragem internacional em novembro de 2011 após a Volkswagen se negar a revendê-la as ações que havia adquirido em janeiro de 2010 por 1.700 milhões de euros (1.900 milhões de dólares).

A montadora japonesa disse que a Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional acolheu parcialmente as contrademandas da companhia alemã, que alegou violação do contrato acrescentando que qualquer prejuízo seria solucionado à frente.

A Suzuki disse que não prevê impacto em seus ganhos no ano com a solução da disputa. Em comunicado, a VW disse que após a decisão há clareza e que a cooperação entre as duas companhias chegou ao fim.

De acordo com a página da Suzuki na internet, a VW possuía 111,61 milhões de ações da Suzuki em 31 de março. A Suzuki disse que espera recomprar as ações por um preço "razoável", mas sem especificar o valor.

Tarifa da bandeira vermelha na conta de luz cai 18%

31/08/2015 - Fonte: CIMM

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou hoje (28) a redução de 18% no valor da tarifa da bandeira vermelha, o indicador que engloba os usuários que pagam o custo mais alto de energia. Com a decisão, o valor adicional para cada 100 kWh consumidos cai de R\$ 5,50 para R\$ 4,50.

Para os consumidores, o novo valor corresponderá a uma redução de dois pontos percentuais no custo da conta de luz. A mudança entra em vigor em 1º de setembro e vai até 31 de dezembro.

A decisão foi adotada em razão da redução no custo de produção de energia decorrente do desligamento de 21 termelétricas, com custo variável unitário maior que R\$ 600 MWh, aprovada no início deste mês.

Apesar do pedido das distribuidoras para que o valor seja mantido, devido ao aumento dos custos de geração, a diretoria da Aneel entendeu que o uso das bandeiras deve refletir o cenário de disponibilidade da geração e não os problemas de caixa das distribuidoras.

"Não podemos confundir o conceito do fundamento das bandeiras com o alívio de caixa. O valor arrecadado com as bandeiras deve cobrir o valor da geração termelétrica. Para outras razões de [alta de] custo existem outros mecanismos de compensação", disse o diretor da Aneel Reive Barros dos Santos, relator do caso.

Para o diretor Tiago Correia, os consumidores responderam ao instrumento das bandeiras, reduzindo o consumo e fazendo investimentos, como a substituição de lâmpadas incandescentes pelas de led, o que justifica a redução do valor da bandeira.

O diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, ressaltou que a redução não representa melhora no quadro de geração de energia do país.

“O cenário não é favorável à mudança da bandeira. Não é um cenário provável. Não estamos dando nenhuma sinalização de que o consumidor possa relaxar na sua prática de uso da energia. A sinalização ainda é de cuidado com o consumo e de uma situação adversa”, alertou Rufino.

O parque gerador de energia elétrica no Brasil é composto predominantemente por usinas hidrelétricas. Para funcionar, essas usinas dependem da chuva e do nível de água nos reservatórios.

Quando há pouca água armazenada, usinas termelétricas precisam ser ligadas para não interromper o fornecimento de energia. Com isso, o custo de geração aumenta, pois essas usinas são movidas a combustíveis como gás natural, carvão, óleo combustível e diesel.

Lubrificantes sem óleo são destaques da Bondmann na Intermach 2015

31/08/2015 - Fonte: CIMM

A Bondmann Química estará presente na edição 2015 da Intermach – Feira e Congresso Internacional de Tecnologia, Máquinas, Equipamentos, Automação e Serviços para a Indústria Metal-mecânica.

O evento acontece em Joinville, SC, de 1 a 4 de setembro. Em seu estande (Rua C 565), a empresa destacará, entre inúmeros produtos e serviços, a Linha OFF – sigla em inglês para lubrificantes livres de óleo, que vem revolucionando o mercado de usinagem.

O lançamento desta linha inédita tem movimentado todo o setor, quebrando paradigmas e modelos mentais de um mercado que está acostumado a usar com óleo há mais de 100 anos.

A Linha OFF da Bondmann é composta por cinco produtos, quatro deles para usinagem – FLUID B90, FLUID S40, FLUID H40 e FLUID Y40 –, e um específico para guia e barramento – TEOTO 68. O uso desses produtos, que possuem Patente Verde, coloca fim a inúmeros problemas enfrentados hoje pelo setor industrial, sejam eles ambientais ou de produção.

Os clientes que optaram pelo uso do FLUID B90 – primeiro fluido de usinagem sem óleo lançado pela Bondmann – demonstraram ganhos de até 300% na produção de peças com uma mesma ferramenta.

Biodegradáveis, os lubrificantes da Linha OFF ainda permitem operações mais limpas, sem emissão de fumaça tóxica ou formação de espuma. “Esses produtos podem fazer a diferença no segmento industrial.

Eles têm provado que, além dos ganhos ambientais e de saúde para os trabalhadores, há a possibilidade de um ganho real de produtividade na operação, propiciado pelo ganho efetivo em ferramental e pela absurda redução de custos com descarte de produtos perigosos (Classe I).

Com essa linha temos proporcionado 30-40% de melhora na rentabilidade das operações de usinagem de nossos clientes. Quem não quer isso?”, afirma William Bond, sócio-fundador e diretor comercial da Bondmann Química. Tamanha descoberta rendeu à Bondmann no ano passado o prêmio de inovação da CNI – Confederação Nacional da Indústria.

Porta Cabos leva seus principais produtos à Intermach 2015

31/08/2015 - Fonte: CIMM

Consciente da importância do mercado da região Sul do Brasil, a Porta Cabos participa da 10ª edição da Feira e Congresso Internacional de Tecnologia, Máquinas, Equipamentos, Automação e Serviços para a Indústria Metalmeccânica – Intermach 2015.

O evento acontece entre os dias 1 e 4 de setembro, período em que a empresa de São Bernardo do Campo (SP) expõe seus principais produtos no estande 390, Rua D, no Expoville, em Joinville, Santa Catarina.

Para o diretor da Porta Cabos, Rubens Bayarri, o evento é importante para apresentar novos produtos aos antigos clientes, bem como para prospectar novos negócios.

Bayarri confia no know-how da Porta Cabos para se destacar no evento com produtos de diferentes materiais e que se ajustam à necessidade do cliente.

Os principais produtos que estarão expostos na Intermach desse ano são: Esteiras Porta Cabos Metálicas, Esteiras Porta Cabos em Nylon, Carrinho Porta Cabos, Cabos Flexíveis e Limpadores de Barramentos.

Serviço

[Intermach 2015](#) - Feira e Congresso Internacional de Tecnologia, Máquinas, Equipamentos, Automação e Serviços para a Indústria Metalmeccânica

Data: 1 a 4 setembro de 2015

Horário: 14h às 21h

Local: Expoville – Joinville/SC – Brasil

Estande: Rua D 390

Sem acordo, greve na Mercedes-Benz continua

31/08/2015 - Fonte: Automotive Business



Termina sem acordo mais uma reunião entre representantes da Mercedes-Benz e do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SP). A rodada de negociações, realizada na sexta-feira, 28, e que durou três horas (das 14h às 17h) é a segunda após o início da greve dos trabalhadores dos três turnos da fábrica, que chega ao seu quinto dia.

Em nota divulgada no fim da tarde desta sexta-feira, o sindicato informa que com a falta de acordo, a greve continua por tempo indeterminado. Um novo encontro para dar sequência às negociações será realizado no fim de semana, mas ainda sem data e horário definidos.

Montadora e trabalhadores retomaram o diálogo na quinta-feira, 28, com a primeira reunião após a greve que se estende desde a segunda-feira, 24. Na ocasião, a montadora havia sinalizado estar disposta a encontrar soluções para manter os empregados por mais um ano.

A paralisação é motivada pela demissão de 1,5 mil funcionários anunciada pela empresa,

que produz caminhões, chassis de ônibus e agregados (motores, transmissões e eixos) na unidade do ABC Paulista.

Honda levará carro com motor de moto a Frankfurt

31/08/2015 - Fonte: Automotive Business

A Honda levará ao Salão de Frankfurt (entre 17 e 27 de setembro na Alemanha) o protótipo 2&4, um modelo equipado com o motor quatro de cilindros em V e 1.000 cc que equipa a RC213V, utilizada no mundial de MotoGP. Na motocicleta ele produz mais de 230 cavalos.

O 2&4 é o resultado de um concurso interno de design realizado entre todos os estúdios da montadora.

A Honda revelou apenas a imagem de uma parte do carro vista de cima. Já se sabe, porém, que ele terá estilo parecido com o do modelo de Fórmula 1 produzido pela montadora nos anos 1960, cuja primeira vitória fará 50 anos em outubro.

Produção global da Honda teve queda de 2,4%

31/08/2015 - Fonte: Automotive Business

A Honda divulgou os resultados da produção e janeiro a julho. A companhia reduziu em 2,4% os volumes na comparação com igual período de 2014, para 2,58 milhões de veículos.

Ainda assim o resultado foi recorde para o mês de julho, quando houve crescimento de 7,1% na comparação anual as fábricas da empresa fizeram 389,2 mil unidades.

Os resultados da América do Norte e da China deram impulso ao resultado da Honda. Na primeira região os negócios cresceram 5,7% no acumulado do ano, para 1,09 milhões de carros.

Desse total, 754,2 mil vieram dos Estados Unidos, onde a marca anotou crescimento de 2,1%. Com 155,6 mil veículos feitos na América do Norte, o crescimento foi mais expressivo considerando apenas o mês de julho, com alta de 19,7% na comparação com igual período do ano passado.

Já a produção na Ásia avançou 8,7% no acumulado dos primeiros sete meses de 2015 e chegou a 923,4 mil carros. Destes 512,9 mil veículos foram feitos na China. O país puxou a alta de 14,8% em julho. Foram feitos ali 92,7 mil carros, volume 20,1% superior ao registrado há um ano. A companhia não detalha qual foi o volume produzido na América do Sul.

Enquanto a performance fora de casa foi boa, os resultados diminuíram no Japão. A empresa fabricou ali 397,9 mil carros nos primeiros sete meses, com queda de 34,6%. Em julho a redução foi um pouco menor, de 27,9% para 61,2 mil unidades.

Mercosul levará proposta de acordo à União Europeia em outubro

31/08/2015 - Fonte: Automotive Business

Os países membros do Mercosul apresentarão em outubro uma proposta à União Europeia para dar início às negociações entre os dois blocos com o propósito de firmar parcerias econômicas e comerciais. O anúncio foi feito na quinta-feira, 27, pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Armando Monteiro, após reunião com o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, e da Argentina, Héctor Timerman.

“Temos a confiança de que haveremos de concluir o processo que vai nos permitir dar início das trocas de ofertas entre o Mercosul e a União Europeia a partir de outubro”, afirmou Monteiro.

A apresentação da proposta estava acordada desde junho, após uma reunião entre os membros de estado do Mercosul, realizada em junho em Brasília. “O Mercosul está unido e apresentaremos em conjunto uma proposta à União Europeia e tenho certeza que vamos estar em posição acertada e afinada para começar as negociações”, declarou o ministro Vieira.

No encontro, os ministros também decidiram retomar o Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral Brasil-Argentina (MICBA), que foi criado em 2007 a fim de reforçar as relações bilaterais entre os dois países vizinhos.

“Mantemos sempre um diálogo comercial de alto nível e temos percebido posições convergentes sobre temas intrabloco e extrabloco, reforçando a firme disposição que vem sendo reiterada e reafirmada pelo Brasil e pela Argentina em concluir o processo para a troca de ofertas birregionais. Esse é um passo fundamental para a consolidação do Mercosul”, avaliou Monteiro.

O ministro Timerman comemorou o feito: “O MICBA vai começar a funcionar já no mês que vem e vai tratar de todos os temas que são do interesse de ambos os países. Vai facilitar a resolução de muitos temas que temos na agenda, sobretudo os temas comerciais, de forma a incrementar a relação bilateral de nossos comércios, dada a situação econômica que estamos vivendo”.

Timerman disse que espera o benefício do desenvolvimento como resultado do acordo com a União Europeia: “Tenho que ser sincero e dizer que a Argentina considera primeiro que o acordo com a União Europeia deve ser benéfico para o Mercosul. Não podemos ceder nesse sentido.

Um acordo comercial com qualquer região do mundo tem de servir ao desenvolvimento de nossos países, especialmente na formação de empregos. Ele não pode destruir empregos em seus países”.

Jaguar traz linha F-Type 2016 ao Brasil

31/08/2015 - Fonte: Automotive Business



A Jaguar já vende no Brasil a linha F-Type 2016. Os carros receberam direção com assistência elétrica de série e a versão R Coupé tem agora tração integral. São quatro as opções. A mais em conta tem preço inicial de R\$ 427 mil. A linha tem três opções de motor, que vão de 340 a 550 cavalos. Todas utilizam transmissão ZF de oito velocidades.

O V6 Supercharged de 340 cv do F-Type Coupé levar o carro de zero a 100 km/h em 5,3 segundos. A velocidade máxima é limitada em 260 km/h. A opção V6 de 380 cv equipa as

versões Coupé e Conversível "S", ambas com tração traseira. Nesse caso a velocidade máxima sobe para 275 km/h.

O topo de linha R Coupé é equipado com motor V8 Supercharged de 550 cv. Segundo a fabricante, atinge os 100 km/h em apenas 4,1 segundos e tem velocidade final de 300 km/h. A nova direção elétrica tem sensores que avaliam a força aplicada pelo motorista, o ângulo do volante e a velocidade que está sendo acionado. As informações são enviadas a um software que determina a quantidade ideal de assistência de direção.

Para a versão Coupé R há também diferentes recursos que ajudam a melhorar a tração, a estabilidade e seus freios utilizam discos especiais de silício e cerâmica de carboneto. Eles são cerca de 60% mais leves do que os tradicionais feitos em aço.

Veja abaixo as versões e os preços do F-Type 2016:

Coupé – 3.0 V6 340 cv - R\$ 427.000;

S Coupé – 3.0 V6 380 cv - R\$ 498.400;

S Conversível – 3.0 V6 380 cv - R\$ 509.000;

R Coupé – 5.0 V8 550 cv AWD - R\$ 687.700.

Ford ouve clientes sobre tecnologias a bordo

31/08/2015 - Fonte: Automotive Business



A Ford Europa realizou um estudo sobre a aceitação das tecnologias semiautomáticas que aumentam a segurança ou facilitam a utilização do carro. Intitulado "Car Buying Trends 2015", o trabalho de pesquisa mostra o avanço na aprovação pelos motoristas de sistemas de estacionamento automático e assistente de frenagem autônomo.

Outros itens como conectividade com assistência de emergência e comandos de voz também entraram no estudo, que ocorreu em 22 países europeus.

Segundo a pesquisa, o estacionamento automático foi o equipamento que mais cresceu na preferência entre 2003 e 2014 e 30% dos carros vendidos pela Ford oferecem esse recurso.

A central multimídia Sync, com comandos de voz para telefone, som e outras funções também é muito procurada e, segundo a montadora, 78% de seus carros saem de fábrica com o sistema.

Ainda de acordo o estudo, aumentou também a aceitação do assistente de permanência na faixa.

"Percebemos uma procura crescente de recursos que aliviam o estresse e tornam a tarefa de dirigir mais agradável", afirma Roelant de Waard, vice-presidente de marketing, vendas e serviço da montadora na Europa.

No Brasil, o Sync está disponível desde o Ka. O sistema automático de estacionamento e o assistente autônomo de frenagem fazem parte da linha Focus 2016 e o assistente de permanência na faixa está no sedã Fusion.

Indústria têxtil demitirá 100 mil no país neste ano

31/08/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

O setor têxtil e de confecção paulista demitiu 10 mil funcionários de janeiro a julho e deve fechar mais 15 mil postos até o final deste ano, segundo estimativa do Sinditêxtil-SP (entidade que representa a indústria).

É a primeira vez em, pelo menos, 35 anos que o segmento passa por uma redução desse volume em seu quadro de funcionários, segundo Alfredo Bonduki, presidente do sindicato. Somente no município de Americana (SP), foram perdidos cerca de mil empregos nos dois segmentos.

"No país deverão ser demitidas mais de 100 mil pessoas até o final deste ano", diz.

Nos primeiros sete meses de 2014, haviam sido gerados 2.080 empregos no Estado. Os cortes se devem à redução média de 25% na produção, por conta do enfraquecimento do consumo. O Estado de São Paulo responde por 30% da produção nacional.

"Além da retração na demanda, há muita compra de têxteis importados, mesmo com a alta do câmbio, porque as mercadorias são contratadas com ao menos nove meses de antecedência."

Os reajustes de energia elétrica contribuíram para agravar o cenário. Em algumas regiões no Estado, a luz ficou até 90% mais cara, de acordo com o executivo, que também é diretor da Linhas Bonfio.

No segmento de fiação, por exemplo, a energia elétrica responde por cerca de 30% das despesas.

Grupo chinês terá fábrica de R\$ 100 milhões em Curitiba

A fabricante chinesa Zhengchang, de equipamentos agrícolas, vai instalar uma fábrica com investimento de R\$ 100 milhões em Curitiba para atender o mercado da América do Sul.

A nova planta vai produzir silos para armazenagem de grãos e equipamentos para fábricas de rações e para processamento de biomassa. A empresa atua no país há oito anos, por meio de um escritório de importação.

O município foi escolhido devido ao mercado consumidor da região e à facilidade de acesso aos portos de Paranaguá (PR) e Itajaí (SC). "O cenário econômico não desanima nossa decisão, pois temos planos de longo prazo para o país", afirma Cesar Jeremias, diretor-superintendente da Zhengchang.

A fábrica será instalada na Cidade Industrial de Curitiba e terá 22 mil m² de área construída. O terreno foi adquirido por R\$ 21 milhões. A unidade deverá iniciar as operações no primeiro semestre do ano que vem. A previsão é que sejam gerados 300 empregos.

Setor de serviços encolhe pela 1ª vez desde 1990, estimam economistas

31/08/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

O setor de serviços encolherá pela primeira vez desde que o Brasil voltou a ter eleições diretas para a Presidência da República. Economistas ouvidos pela **Folha** projetam queda de cerca de 1,5% do PIB de serviços este ano. Se a estimativa se confirmar, será o primeiro recuo desde 1990, início do governo Collor, o que significa 25 anos, segundo mostram as séries estatísticas do IBGE.

O setor de serviços —que engloba áreas tão díspares quanto crédito, saúde, educação e até cabeleireiros— representa 61% do PIB e 71% do emprego no país.

CRISE AGUDA - PIB do setor de serviços recua pela primeira vez desde 1990

Mesmo em períodos complicados da história do Brasil, os serviços conseguiram crescer. Foi assim no apagão de energia em 2001, na crise pré-eleição de Lula em 2003 ou na turbulência global de 2008. A trajetória só foi interrompida no governo Dilma.

"Estamos enfrentando uma recessão prolongada, que começou em 2014 e vai até 2016. Mesmo esse setor, que é relativamente blindado de choques externos e quedas temporárias de atividade, sofre", diz Sílvia Matos, economista do IBRE/FGV.

O setor de serviços é dividido em três grandes subsetores: serviços prestados às famílias, às empresas e ao governo. O problema é que todos os segmentos são atingidos pela crise da indústria, pela queda do poder de renda da população e pelo ajuste das contas públicas.

O enfraquecimento da indústria e do comércio exterior já vinha prejudicando os prestadores de serviços para empresas. Para a LCA Consultoria, os serviços de transporte e armazenagem, por exemplo, devem recuar 7% no ano.

Segundo a CNT (Confederação Nacional do Transporte), a queda na receita líquida das empresas já chega a 30% neste ano. "A crise na indústria e até na agricultura faz com que o transporte tenha dificuldade de repassar os custos que estão subindo, e isso gera enorme pressão", diz Bruno Batista, diretor executivo da CNT.

Os serviços voltados para as famílias foram protegidos por políticas públicas de subsídios ao consumo e incentivo ao crédito. O resultado foi a explosão de preços. Agora essas políticas são revertidas pelo ajuste fiscal. Com o fim de estímulos, desemprego e inflação corroendo a renda, o orçamento das famílias encolheu.

O comércio, que inclui varejo e atacado, é o maior exemplo desse impacto. O PIB do segmento deve cair 5,1% este ano. Pelo cálculo, o comércio é considerado uma prestação de serviço por oferecer produtos à população.

CORTE NO SUPÉRFLUO

Para a Abras, que reúne os supermercados, o setor terá seu pior desempenho este ano pelo menos desde 2003, por causa do desemprego. "Os grandes grupos de varejo vendem mais que alimentos. Esses produtos supérfluos são os primeiros a serem cortados quando a renda cai", diz Sussumu Honda, presidente do conselho da entidade.

A crise no setor chegou até mesmo à intermediação financeira, que deve cair cerca de 3% neste ano no cálculo do PIB. "O crédito crescerá tão pouco que não vai compensar a inflação. Isso não ocorria desde 2003", diz Bráulio Borges, economista da LCA.

Desde o início dos anos Lula, o ritmo de concessão de crédito subia cerca de 30% ao ano. A alta deve ser de 6% em 2015, sem contar a inflação. "Com o desemprego e a redução de investimentos, não há perspectiva positiva para o médio prazo", diz Nicola Tingas, da Acrefi, que reúne firmas de crédito e financeiras.

Exportação brasileira sofre com o enfraquecimento de países vizinhos

31/08/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

O baixo crescimento da América Latina é negativo para a indústria brasileira, que tem na região seu principal consumidor.

Um em cada quatro itens industriais exportados pelo país vai para a América do Sul. No ano passado, segundo estudo da CNI (Confederação Nacional da Indústria), a exportação chegou ao nível mais baixo em sete anos.

Para os industriais brasileiros, mais do que a crise internacional e o efeito China, a perda de mercado é resultado de falhas domésticas.

"Os acordos comerciais que nós tínhamos ficamos parados no tempo, não acompanharam as negociações que os países fizeram com outros parceiros", diz Carlos Eduardo Abijaodi, diretor da CNI.

Segundo ele, além das barreiras tarifárias, o Brasil deve negociar investimentos, serviços e compras governamentais com os vizinhos, para ter acesso aos seus mercados.

"Temos que parar de nos preocuparmos com as importações e focarmos nas exportações. A produção está mais globalizada, se fugirmos disso vamos ficar fora."

Exportações de produtos industriais do Brasil para a América do Sul - Em bilhões, US\$

A CNI detectou que a indústria brasileira perdeu vendas principalmente de tratores e pneus no Paraguai, produtos de aço e máquinas agrícolas na Bolívia e autopeças no Uruguai. E sugere que novas frentes possam ser a venda de peças, óleo de soja e automóveis para Chile e Peru.

"Temos que trabalhar para recuperar mercados que foram nossos", diz Abijaodi.

Com China enfraquecida, América Latina vê desaceleração se disseminar

31/08/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

Os anos dourados da América Latina ficaram para trás. Após quatro anos de redução nos preços das commodities, ninguém mais duvida que o período de vacas gordas passou para as nações que se especializaram em produzir petróleo, minérios e alimentos.

Segundo a Cepal (comissão econômica ligada à ONU), a região deverá ter em 2015 a menor expansão dos últimos 16 anos —com exceção de 2009, quando a crise americana afetou o mundo inteiro.

As recentes turbulências no mercado financeiro chinês, hoje principal parceiro comercial da maioria dos países latinos, alimentam a previsão de anos difíceis pela frente.

"Não voltaremos a ver por muito tempo o crescimento alto que vimos na região nos anos 2000. Com sorte, voltaremos a crescer a taxas perto de 3% ao ano", diz o economista argentino Guillermo Calvo, professor da universidade americana de Columbia.

A China está em processo de desaceleração e consumindo menos matérias-primas. Segundo a Cepal, 80% das vendas da América Latina para o gigante são commodities.

Além disso, os investidores estão cada vez mais convencidos da recuperação dos EUA, deixando de lado a aposta em ativos ligados a matérias-primas, o que contribui para a liquidação nos preços das commodities.

De janeiro de 2011 a maio deste ano, segundo a Cepal, os preços das matérias-primas energéticas caíram 29%, as minerais, 39% e as alimentares, 30%. O preço do barril do petróleo, que há um ano custava US\$ 106, valia menos de US\$ 40 na última semana. Isso propagou as dificuldades que já se viam em Brasil, Argentina e Venezuela a países produtores de petróleo, como Colômbia e México.

"Viramos a fase do superciclo [de alta], e desapareceu o fator automático de elevação do PIB por meio das commodities. Mas não se está no desastre de preços dos anos 80 e 90", afirma Otaviano Canuto, diretor do FMI (Fundo Monetário Internacional).

GASTAR MENOS

Amparados no consumo doméstico, Paraguai e Bolívia, as novíssimas economias emergentes da região, terão crescimento ao redor de 4% neste ano. Mas não são imunes ao contágio da moderação sobre os países vizinhos.

Colômbia, Peru e Chile aproveitaram os anos dourados para fazer reformas e poupar e, por isso, também têm mais fôlego agora.

Já Brasil, Argentina, Venezuela e Uruguai "esbanjaram" na fase da bonança e entram nessa etapa com maior vulnerabilidade.

"Os países gastaram muito, e não apenas os governos, as famílias também. Todos terão que gastar menos", diz Calvo, referindo-se a ajustes, como o que está em curso no Brasil.

Canuto lamenta que o país não tenha aproveitado a boa fase para reduzir a dívida pública ou fazer reformas que ajudassem setores a sustentar a economia na baixa. Como resultado, há o risco de perda do grau de investimento e desindustrialização.

Para Daniel Titelman, chefe da divisão de desenvolvimento econômico da Cepal, as dificuldades continuarão pelos próximos dois anos pelo menos. E o que mais preocupa o analista é a contração dos investimentos na região. "Os países têm que reativar os investimentos em setores não relacionados às commodities, como a infraestrutura, por exemplo."

Segundo Calvo, a má notícia é que as previsões de menor crescimento freiam também as expectativas de ganhos sociais, medidos pela renda per capita da população. "Como reagirá a população que ascendeu à classe média e poderá voltar à pobreza? Isso não é um problema de Dilma Rousseff ou de Aécio Neves, é de todos. A direita e a esquerda se enfrentarão com os mesmos problemas, lamentavelmente".

Empresas vão à Justiça para barrar efeito de mudanças tributárias

31/08/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

O recurso ao Judiciário para tentar minimizar o efeito das mudanças tributárias aumentou entre 30% e 40% neste ano, segundo oito escritórios de advocacia ouvidos. A cobrança de PIS e Cofins sobre receitas financeiras, zerada no governo Lula e ressuscitada em 4,65% neste ano, é um dos principais motivos.

A Light e a Magnesita Mineração são duas das empresas que já obtiveram liminares para não recolher o percentual. O argumento é que a cobrança deveria ter sido instituída por lei, e não por decreto.

"Além da Light, outras empresas já aguardam decisões semelhantes. Há um grupo que já estuda até se é possível alguma medida jurídica sobre as mudanças na reoneração da folha", diz o advogado Eduardo Maneira, Misabel Derzi & Sacha Calmon Consultores e Advogados.

No setor de Tecnologia da Informação, uma multinacional já prepara ação porque os 4,65% representam despesa extra de R\$ 40 milhões/ano —5% de seu faturamento, segundo a **Folha** apurou.

"Mesmo com a crise econômica e os cortes de gastos, um número cada vez maior de empresas vai à Justiça", diz o advogado Maucir Fregonesi Jr., sócio do setor tributário do Siqueira Castro Advogados.

"Além da alta carga tributária, a legislação é caótica, malfeita e obriga o empresário a ter gastos absurdos somente para atender as demandas do fisco", diz o advogado tributarista Ives Gandra Martins.

O gasto com burocracia para pagar impostos equivale a 1,16% da receita das empresas, segundo levantamento nacional de 2013 feito pela Fiesp, federação de indústrias paulistas.

"O governo continua, desenfreadamente, a elevar tributos e criar mais obrigações ao contribuinte, que não vê alternativas senão se socorrer do judiciário para afastar parcela dessas cobranças, diz o advogado André de Almeida, especializado em fusão e aquisição. "Diversas liminares estão garantindo um pouco de segurança aos nossos clientes, que se mostram bastante preocupados com a situação atual do país."

A advogada Ana Paula de Mesquita, do Siqueira Lazzareschi de Mesquita Advogados, diz que aumentou em cerca de 30% a procura por empresas principalmente do setor de serviços, como importadores de produtos médicos e hospitalares, área farmacêutica e de varejo.

"Todos os setores estudam como se proteger. As empresas estão controlando até a distribuição de clips, canetas e material impresso por causa da crise. Não querem arcar com aumento de carga e buscam alternativas", diz a advogada.

"Não só a indústria nacional, mas também muitos estrangeiros estão atrasando investimentos para entender regras do que podem mudar. São clientes europeus, asiáticos, americanos pedindo simulações de impacto [das constantes mudanças na legislação]. Muitas vezes temos de traçar três, quatro, cinco cenários. É difícil entender como a legislação funciona aqui", diz Douglas Mota, sócio da área tributária do Demarest Advogados.

Para Pierre Moreau, do Moreau Advogados, parte das indústrias acaba desistindo de ir à Justiça e repassando para os custos e preços de seus produtos o efeito da elevação de tributos. "Estão sem caixa para provisionar recursos caixa. A decisão acaba sendo passar para o preço porque temem que as decisões nessas causas jurídicas estejam sendo tomadas em função de questões políticas."

No departamento jurídico da Abimaq, associação que reúne as fabricantes de máquinas, metade das cem consultas diárias feitas pelos empresários estão relacionadas à questão de cobrança principalmente de PIS/Cofins e eventuais mudanças na legislação.

"Cerca de 40% das empresas não consegue recolher em dia os impostos, tamanha a complexidade do sistema tributário e porque o fisco dá prazo de cerca de 15 a 20 dias para o pagamento a partir do momento que a indústria fatura o pedido para o cliente.

Só que o fabricante da máquina muitas vezes recebe a primeira parcela até 60 dias, depois de ter faturado o pedido", diz Hiroyuki Sato, diretor das áreas de relações do trabalho, assuntos tributários e financiamentos.

EM TRANSFORMAÇÃO

Governo quer unificar tributos

UNIFICAÇÃO DE PIS E COFINS

PIS e Cofins são dois tributos federais diferentes, mas incidem sobre todas as receitas das empresas

Como é hoje:

1- Regime cumulativo: a empresa paga Imposto de Renda pelo lucro presumido recolhe 3,65%, sendo 0,65% de PIS e 3% de Cofins

- > Nesse regime não há créditos tributários para serem compensados na cadeia produtiva
- > Mais usado pelo setor de serviços

2- Regime não cumulativo: a empresa que paga o Imposto de Renda pelo lucro real recolhe 9,25%, sendo 1,65% de PIS e 7,6% de Cofins

- > Há créditos para serem compensados na cadeia
- > Mais usado pelo setor industrial

3- Regimes especiais e exceções foram criados em sucessivos pacotes de estímulo à economia

4- Bancos pagam 4% de Cofins

Como pode ficar:

1- Governo estuda **simplificação** na forma de recolher o tributo, com fim do regime cumulativo e unificação de PIS e da Cofins

2- Com isso, entidades e tributaristas preveem **aumento de carga tributária** de 3,65% para 9,25% em setores que hoje recolhem pelo regime cumulativo

3- Regimes especiais podem ser mantidos para alguns produtos e setores

4- Governo diz que deve apresentar em breve um projeto de lei

> Cobrança de PIS e Cofins sobre as receitas financeiras das empresas

Como era:

> Decreto 5.164, de 2004, zerou a cobrança sobre as receitas financeiras das empresas que recolhem tributo pelo regime não cumulativo

Como é:

> Decreto 8.426, de abril deste ano, elevou a cobrança de zero para 0,65% no PIS e de zero para 4% na Cofins

> Empresas estão obtendo liminares e indo à Justiça para impedir a cobrança

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Como era:

> Empresas pagavam contribuição ao INSS de 20% sobre a folha de pagamento

> Governo desonerou a folha a partir de 2011, mudou a base de cálculo da folha para a receita bruta e permitiu que alguns setores temporariamente pagassem 1,5% ou 2,5% sobre o faturamento, dependendo da atividade econômica

> Depois baixou a alíquota para 1% e 2%

> Após eleição, governo anunciou que 56 setores teriam desoneração permanente

Como ficou:

- > Projeto de lei aprovado no dia 19 de agosto reduziu a desoneração da folha de salários
- > O texto segue agora para sanção da presidente Dilma Rousseff
- > Setores que pagavam alíquota de 1% sobre o faturamento passarão a pagar 2,5% e os que pagavam 2% terão de contribuir com 4,5%
- > Alguns setores, como massas, pães, suínos, aves e peixados, foram isentos do aumento de tributação
- > Os setores de transportes, comunicação (empresas jornalísticas e de radiodifusão), call center, calçados e confecções foram beneficiados com um aumento de alíquota menor, de 50%
- > Para 2015, o impacto é mínimo porque as novas alíquotas só passarão a vigorar 90 dias depois da sanção

320 MIL normas tributárias estão em vigor, segundo o IBPT

R\$ 5,6 BI ao ano é o impacto no setor industrial

Chrysler 300C volta ao Brasil para disputar mercado com sedãs alemães

31/08/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo



O 300C renasceu em 2005, quando a Chrysler estava associada à Mercedes-Benz. Conseguiu reunir o melhor de dois mundos: plataforma e suspensões europeias com os motores americanos.

A inspiração vem do primeiro 300, lançado em 1956. O modelo atual passa pela sua segunda renovação, agora sob o comando do grupo FCA, parceria com a Fiat. A suspensão firme, o motor V6 Pentastar e as novas rodas de 20 polegadas garantem boas arrancadas e estabilidade em curvas. A agilidade surpreende não só pelo seu tamanho, mas também pelo peso de 1.828 quilos.

Ao volante, o 300C parece um carro bem mais compacto. Com a grade dianteira 33% maior que a do modelo anterior (lançado em 2011), o sedã voltou a ter "cara de mau", exatamente o ponto forte de seu charme. O redesenho acrescentou novos para-choques e faróis de xenônio com fileiras de LEDs.

Para disputar clientes em uma faixa de preço elevada - o 300C tem preço sugerido de R\$ 204,9 mil -, a Chrysler incrementou o pacote de equipamentos. A central multimídia tem tela de 8,4 polegadas e controla várias funções, desde o GPS até informações sobre o carro. O sistema de som feito pela Alpine tem dez alto-falantes.

Sua mecânica também foi retrabalhada. Seu motor 3.6 V6 24 ganhou 10 cv (chegando aos 296 cv) e traz mais torque do que antes. Nos Estados Unidos, existe também o 300C com motor V8, que não será vendido no Brasil.

O câmbio automático de oito marchas tem um botão seletor no lugar da alavanca. É uma solução semelhante à adotada pela Land Rover.

O sedã grande da Chrysler irá concorrer com modelos alemães como o Mercedes C250 Sport (R\$ 195.950) e o BMW 328i (R\$ 205.850). A inglesa Jaguar também está nessa briga, pois acaba de lançar o XE no mercado nacional, custando a partir de R\$ 179,9 mil.

Efeitos de uma forte desaceleração chinesa no Brasil são superestimados

31/08/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo



Apontada como a locomotiva do crescimento brasileiro nos últimos anos, a China abalou os mercados em todo o mundo na semana passada, levantando dúvidas sobre o estado de sua economia.

Com uma recessão interna, notícias de uma desaceleração mais profunda no principal parceiro comercial do Brasil abalam ainda mais a já combatida economia do país. Mas, segundo especialistas, a dependência do Brasil em relação à China não é tão grande como parece.

A relação mais evidente entre os países é no comércio. A China absorve 20% das exportações brasileiras e, portanto, tem peso relevante no balanço de pagamentos.

O impacto das importações chinesas no nível de atividade econômica, no entanto, é mais limitado, pois todas as exportações do país representam apenas 11% do PIB.

"É claro que o efeito não é desprezível, porque a China ajudou a economia global em 2008 e 2009 a se recuperar. Mas temos a impressão de que o impacto direto no Brasil é avassalador. Não é bem assim", afirma Fabiana D'Atri, diretora de Economia do Conselho Empresarial Brasil-China e economista do Bradesco.

Mesmo entre as exportações, é preciso separar os produtos que estão sendo afetados pela nova realidade na China e os que são —e ainda serão— beneficiados pelo novo modelo de crescimento.

Os dois principais itens da pauta exportadora —soja e minério de ferro— vivem realidades opostas: enquanto as vendas do grão ao país crescem em quantidade, os embarques de minério caem.

É um espelho do que acontece na economia chinesa. "O consumo vai bem, mas as exportações estão ruins e os investimentos do setor privado vão mal", afirma Hsia Hua Sheng, professor da Fundação Getúlio Vargas.

A retração nos investimentos afeta o setor imobiliário e a indústria de aço na China, reduzindo a demanda e os preços do minério de ferro.

"Nesse mercado, o efeito da desaceleração é relevante, mas ele já vem acontecendo há pelo menos dois anos. A frustração em relação ao que está por vir tem um impacto marginal perto do que já aconteceu", diz D'Atri.

Outros itens relevantes da pauta, como papel e celulose e açúcar, continuarão sendo estimulados pelo aumento na renda dos chineses. O petróleo também não foi afetado pela desaceleração —os embarques à China mais que dobraram até julho, em volume.

Os preços de quase todas as commodities, no entanto, aceleraram o movimento de queda com o nervosismo dos mercados provocado pela China. Mas elas também enfrentam um quadro de excesso de oferta global. Excluindo o minério, o excesso não pode ser atribuído à China.

Além disso, a expectativa de aumento dos juros nos EUA provoca mudanças na alocação de recursos financeiros, com a saída de investidores das commodities.

PROMESSAS

Se o impacto da desaceleração chinesa na balança não é nebuloso, a análise não é tão clara para os efeitos dela nos investimentos chineses fora de seu território.

Há uma grande expectativa em relação aos recursos que os chineses podem direcionar a projetos de infraestrutura.

Em maio, durante visita do primeiro-ministro chinês, Li Keqiang, ao Brasil, foram assinados 35 acordos bilaterais que preveem investimentos de US\$ 53 bilhões.

Agora, há o temor de que problemas de liquidez possam comprometer os planos.

"Essas incertezas talvez adiem a promessa de que a China seria um grande parceiro do ponto de vista de investimentos", diz Marcos Troyjo, diretor do centro de estudos sobre mercados emergentes na Universidade Columbia (EUA) e colunista da **Folha**.

"Dependendo da situação, pode valer aquela lógica: quando a farinha é pouca, o meu pirão primeiro."

Para ele, dúvidas sobre o crescimento chinês podem aumentar o pessimismo dos agentes econômicos no Brasil.

Até agora, porém, a China não tem posição de destaque no fluxo de investimento estrangeiro direto no país.

Incluindo Hong Kong, sua participação nos ingressos totais foi de 2,3% em 2014, segundo dados do Banco Central. Economistas lembram, porém, que parte dos recursos chineses vem de paraísos fiscais.

Para Sheng, da FGV, a China tem um projeto de infraestrutura global, que não será afetado por turbulências de curto prazo. "A infraestrutura da China continua em expansão e ela está ligada também com o exterior", diz o economista, citando o projeto da ferrovia Bioceânica.

"O Brasil e outros países da América Latina estão dentro dos planos da China, tanto que eles não tiraram o pé." Na semana passada, a chinesa CTG comprou duas usinas da Triunfo por R\$ 1,75 bilhão.

Para o presidente do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), Luiz Augusto de Castro Neves, o Brasil deve se adequar ao novo perfil da economia chinesa, com maior peso de serviços.

Neves, embaixador na China de 2004 a 2008, vê oportunidades de instalação de empresas brasileiras no país e de exportações de alimentos com maior valor agregado.

Projeção do Relatório Focus para Selic no fim de 2015 segue em 14,25%

31/08/2015 - Fonte: EM.com

Na semana de decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) sobre o rumo dos juros, atualmente em 14,25% ao ano, as previsões do mercado financeiro para a Selic permaneceram praticamente estáveis no Relatório de Mercado Focus.

Para este ano, as expectativas ficaram congeladas em 14,25% ao ano pela quinta semana seguida. Também por esse mesmo número de semanas está a previsão de que o colegiado não mexerá na taxa na reunião da próxima quarta-feira.

Com isso, a mediana para a Selic média de 2015 também se manteve em 13,63% pela quinta edição consecutiva.

Para 2016, o documento divulgado nesta segunda-feira, 31, pelo Banco Central, trouxe estabilidade da mediana das previsões em 12,00% ao ano.

Este também já era o patamar aguardado há um mês no mesmo documento. A Selic média do ano que vem, no entanto, caiu de 13,13% para 13,06%.

Entre os economistas que mais acertam as projeções para o rumo da taxa básica de juros, o grupo Top 5 no médio prazo, não houve mudanças: a Selic deve encerrar 2015 em 14,25%, previsão apontada já há 10 semanas; e a mediana das previsões permaneceu em 12,13% ao ano pela quinta semana consecutiva para 2016, o que denota uma divisão de opinião entre os componentes desse grupo entre um encerramento em 12,00% ou 12,25% no fechamento de ano.

Empresas reagem e fazem Brasil voltar à rota do crescimento, diz Levy

31/08/2015 - Fonte: EM.com

O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, disse neste sábado que as empresas estão reagindo e fazendo o Brasil voltar para a rota do crescimento.

"Sem diminuir o tamanho dos desafios que a gente tem, eu acho que devemos ficar confiantes. Os nossos desafios não são muito diferentes dos de outros países", pontuou.

Segundo o ministro, a economia do Brasil já está respondendo. "Se reforçarmos a concorrência, se simplificarmos os impostos, facilitarmos para as pessoas terem mais segurança jurídica para realizarem investimentos e vencerem os desafios de curto prazo, o Brasil começa a crescer muito rápido", disse Levy em apresentação no 7º Congresso Internacional de Mercados Financeiros e de Capitais organizado pela BM&FBovespa, em Campos do Jordão, interior de São Paulo.

Levy afirmou ainda que é necessário apoio e consenso em alguns pontos. "Não é preciso consenso em muitas coisas, mas pelo menos qual é a escolha econômica precisa de consenso", destacou.

"Sabemos que não podemos fingir que não há certos desafios no curto prazo", afirmou. "Para superar, eu acho que temos que estar juntos para enfrentar os desafios e a realidade. Nós temos tudo para vencer", disse.

Flexibilização das faixas tributárias pode levar negócios já estabilizados a crescer

31/08/2015 - Fonte: EM.com

Dona de uma pequena indústria de confecções e material esportivo em Montes Claros (Norte de Minas), Karine Lessa vem expandindo o negócio, com cuidado para ficar sempre pequena.

“O Simples é um sistema vantajoso. Se eu mudar para outra categoria, teria que pagar dedução do imposto sobre tudo que eu vender e tudo que eu comprar. Seria muito mais complicado e caro também” argumenta a empresária.

Há 23 anos, Karine montou uma pequena fábrica no ramo de moda em Itabira. Há 15 anos, ao mudar-se com a família para Montes Claros, decidiu trabalhar com uniformes e material esportivo. Começou no município do Norte de Minas com 10 empregados. O negócio prosperou e hoje ela conta com 60 funcionários.D

Bruno Falci, presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas, (CDL-BH), defende que os impostos sejam escalonados para dar fôlego aos negócios e torce pela aprovação do projeto que eleva o limite de faturamento para uma empresa permanecer no regime do Simples. “A renúncia fiscal pode ser compensada pela melhor gestão da máquina pública. A Receita deve unir a visão arrecadatória com a expansionista.”

Para ele, a lei vai fortalecer o setor e inibir a subdivisão de CNPJs. “Primeiro, criam o problema, para depois nos venderem a solução.”

O professor de economia, Mauro Sayar explica que a medida vai favorecer uma migração natural para outros patamares de tributação, evitando que o empresário deixe de crescer ou use de estratégias como ter mais de um CNPJ para ficar no sistema, o que torna a gestão do negócio pesada, onerosa e pouco eficiente.

“Com essa estratégia, as empresas perdem benefícios, por exemplo, em financiamentos. A ampliação do teto evita esses malabarismos e incentiva o crescimento como caminho natural”, defende.

Enquanto isso, as encomendas da empresa, que leva o nome da proprietária, deslancham. Karine Lessa conta que tem potencial para ampliar o negócio, mas prefere manter a cautela.

“O mercado é muito promissor. Mas estou num ramo que não se pode crescer da noite para o dia. É necessário investimento em maquinário, em contratação de mão de obra qualificada. Isso demanda tempo.

Também é bom ter um negócio pequeno, dentro do Simples”, afirma a empresária. Karine também tem uma pousada no litoral baiano, onde pretende abrir outro negócio na área de alimentação. “Todos os negócios estão dentro do Simples.”

Síndrome Paulo Feldmann, professor de economia brasileira da Universidade de São Paulo (USP), afirma que os efeitos da síndrome de Peter Pan são muito ruins para a economia brasileira, que deixa de ter uma pequena empresa forte e participativa.

Favorável à aprovação do projeto, ele considera que a renúncia calculada pela Receita Federal será compensada por um setor mais dinâmico e produtivo. “Em 2015, só de juros de sua dívida, o governo vai pagar perto de R\$ 500 bilhões, é quase acintoso não melhorar o ambiente hostil dos pequenos”, compara. Apesar de representarem 99% do contingente das organizações brasileiras e gerar 52% dos empregos com carteira

assinada, a taxa de participação das MPEs no PIB é menor que a média da América Latina, que países europeus e Estados Unidos.

Usiminas aprova captação de US\$ 150 milhões em bancos estrangeiros

31/08/2015 - Fonte: EM.com

O Conselho de Administração da Usiminas aprovou uma proposta de captação de US\$ 150 milhões em bancos estrangeiros, em operação liderada pelo Deutsche Bank e pelo ABN Amro.

A empresa quer montar um empréstimo sindicalizado com um número limitado de bancos.

A reunião aprovou também a nomeação de Oscar Montero Martinez como membro efetivo do conselho de administração.

As práticas sustentáveis que já dão dinheiro a empresas brasileiras

31/08/2015 - Fonte: Época



Os técnicos querem iniciar a exploração de fármacos e cosméticos da floresta este ano. A receita também pode vir de trechos da Mata Atlântica alugados para outras empresas. Por muitos anos, o trabalho do engenheiro David Canassa à frente da gerência-geral de sustentabilidade do grupo Votorantim foi estudar em detalhes os processos produtivos das diferentes unidades da companhia.

“O objetivo era otimizar, otimizar, otimizar”, diz. Por isso, o executivo se debruçava sobre planilhas para reduzir o consumo de água, combustíveis, energia... Era algo exaustivo, mas exequível. Agora, a tarefa tornou-se bem mais complexa. Em 2015, para garantir o bônus anual, Canassa terá de transformar as políticas socioambientais em oportunidades de negócio – ou seja, em resultados, ganhos reais para a companhia.

A nova meta de Canassa, embora desafiadora, não pode ser vista como excepcional. Ao contrário. É emblemática de um movimento que ganha corpo em todo o mundo. As grandes empresas globais estão deixando para trás uma agenda baseada em compliance e ecoeficiência e começam a desbravar novos terrenos, implantando uma prática sistematizada para que as ações de sustentabilidade gerem valor – dinheiro, em suma.

A Unilever quer dobrar as vendas e reduzir pela metade seu impacto ambiental. Para isso, precisa provar o valor de produtos que usam menos água e embalagens compactas.

Essa maneira de encarar o tema, no entanto, ainda engatinha no Brasil. Foi essa uma das principais constatações do estudo “Sustentabilidade nas Empresas Brasileiras”, realizado pela consultoria Accenture em parceria com o Conselho Empresarial Brasileiro para o

Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), entidade que reúne representantes de 70 empresas que representam 40% do PIB do país. O trabalho traça um retrato inédito do nível de maturidade das principais companhias em atuação no Brasil em relação às práticas tidas como sustentáveis.

Uma agenda caduca

A pesquisa ouviu mais de cem executivos de grandes companhias de 15 diferentes setores. Para 77% dos entrevistados, cumprir normas regulatórias e gerir riscos ambientais ainda é um dos principais motivos para aderir a ações de sustentabilidade. “Isso é uma agenda completamente caduca”, diz Dirceu Azevedo, diretor da área de sustentabilidade da Accenture para a América Latina e um dos responsáveis pelo levantamento. “Em economias mais desenvolvidas, compliance e gestão de risco nem são mais consideradas práticas sustentáveis.”

Esse jeito ultrapassado de encarar o tema impacta de forma significativa os resultados gerais do negócio – e para pior. É um desperdício de oportunidades contabilizado pela Accenture em R\$ 145 bilhões ao ano (veja quadro à pág. 84). Esse é o valor que poderia ser economizado com a adoção em larga escala por parte das empresas da sustentabilidade no Brasil.

Somente os ganhos com uma melhor gestão no uso de recursos naturais poderiam resultar em uma economia de R\$ 20 bilhões anuais. Isso com a adoção de tecnologias simples – como sensores – para aprimorar o monitoramento e a comunicação entre máquinas (machine-to-machine).

Outros R\$ 55 bilhões poderiam ser economizados com o melhor aproveitamento de matérias-primas, transformando, por exemplo, resíduos em insumos para outras cadeias. Há ainda oportunidades a serem exploradas na cadeia de fornecedores, com o aumento de eficiência das empresas de pequeno e médio porte.

“Todos esses avanços, no entanto, exigem investimentos em inovação”, diz Azevedo. “Se os líderes não veem a sustentabilidade como oportunidade de negócio, fica difícil alcançar esses resultados.”



David Canassa -gerente-geral de sustentabilidade da Votorantim

dona de 31 mil hectares de Mata Atlântica, a Votorantim tenta descobrir como tirar dinheiro da floresta para preservá-la. Ela investirá R\$ 60 milhões em projetos de exploração de potenciais fármacos e cosméticos das plantas locais, além do aluguel de áreas da reserva para outras empresas. Os ganhos estimados são de R\$ 10 milhões anuais a partir de 2021. “Já fizemos dinheiro a partir do lixo, por que não vamos conseguir com a floresta?”, diz David Canassa (Foto: Fernando Martinho)

A mata de Antônio Ermírio

Há, no entanto, um grupo de empresas que consegue se destacar desse cenário. Hoje, são duas dezenas delas no Brasil. Entre esses negócios, está a Votorantim do engenheiro

David Canassa. Ele quer gerar receitas a partir de uma reserva florestal que pertence à companhia, em um trecho de Mata Atlântica que avança sobre os municípios de Tapiraí, Miracatu e Juquiá, no Vale do Ribeira, em São Paulo.

Ainda nos anos 50, o empresário Antônio Ermírio de Moraes começou a comprar terras na região para garantir a preservação da mata – e, por consequência, do rio Juquiá, cujas águas movimentam as turbinas das sete centrais hidrelétricas construídas pelo grupo para o abastecimento da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA).

No total, são 31 mil hectares de terra (uma área do tamanho de Curitiba). É muito mais do que a lei exige de recuo a partir dos rios que abastecem hidrelétricas. E, volta e meia, a empresa precisa lidar com a invasão de grileiros, pessoas que extraem palmitos das palmeiras ou caçadores. “Dá um trabalho danado manter aquilo tudo do jeito que está”, diz Canassa. “Mas não queremos abrir mão da reserva, porque ela é importante para o negócio.”

Na tentativa de transformar um problema em oportunidade (ou custo em receita), Canassa reuniu-se com pesquisadores, ambientalistas e a diretoria do grupo. A ideia era levantar ações econômicas viáveis para a área. Muitas delas começam a ser implantadas este ano. Serão investidos R\$ 60 milhões até 2021 na Reserva Votorantim, o nome oficial da gleba. A partir disso, a reserva poderá dar retornos de R\$ 10 milhões anuais.



Pedro Massa- diretor de valor compartilhado da coca-cola

Desde 2009, a Coca-Cola oferece cursos profissionalizantes de vendas, armazenagem e estoque de mercadorias. Essas são as qualificações necessárias para fábricas, distribuidoras e grandes redes de varejo que revendem os produtos da marca. “Não prometemos emprego, mas 30% das pessoas que passam pelo curso são contratadas por alguma empresa de nossa cadeia”, diz Pedro Massa (Foto: Eduardo Zappia)

Ciência aplicada

Parte das receitas virá da exploração da biodiversidade. Nos últimos três anos, a companhia firmou parcerias com pesquisadores de importantes instituições, como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), da USP, em Piracicaba, que, além de mapear a fauna e flora local, estão estudando potenciais fármacos e cosméticos provenientes das plantas.

“As possibilidades são imensas”, diz Canassa. Paralelamente, a Votorantim implantará viveiros para a venda de mudas de Mata Atlântica a edifícios comerciais. O grupo vai ainda arrendar pedaços da floresta como reserva legal a outras companhias – uma possibilidade criada pelo Código Florestal Brasileiro, aprovado em 2012.

Essa não será a primeira vez que a Votorantim terá receitas graças a boas práticas ambientais. Desde 2009, a empresa vem investindo em rotas tecnológicas para transformar resíduos da exploração mineral em insumos para outros setores. A unidade da Votorantim Metais, em Paracatu, Minas Gerais, acumulou ganhos de R\$ 300 milhões desde 2011, vendendo um pó calcário agrícola feito a partir dos restos da exploração de

zinco. “Lá, o que seria lixo virou lucro”, diz Canassa. “Então, por que não conseguiremos fazer isso também com floresta?”

Embora a receita gerada pela sustentabilidade ainda esteja restrita a uma elite das empresas nacionais, a boa notícia é que muitas delas começaram a se mobilizar para engajar outras no mesmo caminho.

Elas também cobram do governo, em diferentes esferas, a adequação de normas que tornariam o cenário muito mais propício a inovações nesse campo no Brasil. “Embora necessário, romper processos pode custar caro e os resultados, às vezes, demoram a aparecer”, diz Marina Grossi, presidente do CEBDS.

“Por isso, é preciso transformar o ambiente de negócios no país, para que as boas práticas de sustentabilidade se tornem a regra, não exceção.”



Antonio Calcagnotto-vice-presidente de sustentabilidade da Unilever

Ele quer que todas as empresas adotem normas rigorosas de sustentabilidade. Isso reduziria o custo dos produtos “verdes”. Hoje, a Unilever paga 8% a mais do que os concorrentes ao comprar um tipo de cacau certificado

Como produzir com menos e vender mais

Hoje, uma das principais dificuldades das empresas é convencer os consumidores sobre o valor dos produtos feitos de maneira sustentável – mesmo quando eles chegam às prateleiras custando o mesmo que um item convencional.

“O brasileiro, por muito tempo, aprendeu que quanto maior a caixa, maior é a vantagem para ele”, diz Antonio Calcagnotto, responsável pela sustentabilidade na Unilever para a América Latina. “Parte do nosso trabalho é mudar essa percepção.”

A Unilever tem uma meta ambiciosa, mesmo para quem representa um dos mais bem-sucedidos casos de sustentabilidade do mundo. Agora, ela quer dobrar de tamanho até 2020, reduzindo pela metade sua pegada ambiental. Na prática, terá de produzir e vender mais com menos – muito menos. Algo impossível de conquistar sem o engajamento do consumidor.

Para chegar ao cliente com eficiência, Calcagnotto terá primeiro de atrair boa parte da indústria brasileira à sua causa. Sua batalha vem sendo travada em duas frentes. Ele tenta, por exemplo, convencer representantes do governo sobre a importância de normas mais rígidas de sustentabilidade para as empresas em geral. Isso reduziria a disparidade de custos em comparação com eventuais concorrentes.

Hoje, por exemplo, quase metade do cacau utilizado pela Unilever no Brasil é certificado, o que significa que é cultivado de forma a gerar o menor impacto possível ao meio ambiente.

Mas seu custo é 8% superior ao do produto plantado de forma tradicional. Se todas as empresas optassem pela versão sustentável, isso poderia trazer ganhos de escala aos agricultores e o preço, por consequência, cairia.

Na segunda frente, o executivo atua junto aos líderes de companhias de diferentes setores para mostrar as vantagens de práticas sustentáveis nas linhas de produção.

“Quando todas as empresas atuam de forma parecida, com critérios mais rígidos em relação às responsabilidades socioambientais, a decisão do consumidor fica muito mais fácil”, diz Calcagnotto. “Algumas conquistas não podem ser alcançadas se brigarmos sozinhos.”

“Não é filantropia, por isso funciona”

Assim como a Unilever, empresas consideradas líderes em sustentabilidade no Brasil saem de um patamar diferenciado. Elas têm acesso a tecnologias e a ferramentas testadas e aprovadas em mercados mais desenvolvidos.

Há, no entanto, casos em que a experiência da unidade brasileira inspira ações globais. É o que está acontecendo com o Coletivo, da Coca-Cola, um programa criado em comunidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Manaus. Agora, ele pode ser expandido para outros países da América do Sul e da Ásia.

A iniciativa foi inspirada no conceito de valor compartilhado, criado pelos gurus do mundo corporativo Michael Porter e Mark Kramer, em 2011. A dupla atribui às empresas possibilidades de aumentar a competitividade e a rentabilidade ao atuar diretamente na resolução de problemas sociais.

O Coletivo Coca-Cola ajuda na formação de jovens e mulheres em comunidades carentes. Em troca, garante à companhia mão de obra e fornecedores mais qualificados. “Nós identificamos que, ao atender à demanda de uma população, poderíamos resolver um problema nosso e de nossos revendedores”, diz Pedro Massa, diretor de valor compartilhado da Coca-Cola no Brasil e um dos idealizadores do programa. “Não é filantropia e, por isso, funciona.”

O projeto começou a ser forjado em 2009, quando a Coca-Cola criou uma força-tarefa com o objetivo de entender os hábitos de consumo dos jovens brasileiros. Em busca de informações que seriam utilizadas no desenvolvimento de novos produtos e em campanhas publicitárias, a empresa destacou alguns profissionais para conviver com moradores de diferentes comunidades no Rio e em São Paulo.

Em seis meses, eles teriam de trazer respostas às seguintes questões: o que as pessoas esperavam da empresa e o que as motivaria a consumir produtos da marca. A conclusão surpreendeu. Ninguém estava interessado em sabor, embalagem ou nome do que quer que seja. Os jovens pediam emprego e melhores oportunidades de vida. “Eles deixaram muito claro: para que fôssemos respeitados, precisaríamos entregar algo em troca para a comunidade”, diz Massa.

A empresa então começou a oferecer cursos profissionalizantes, com destaque para vendas, armazenagem, estoque de mercadorias – exatamente as qualificações necessárias para fábricas, distribuidoras e grandes redes de varejo revendedoras dos produtos da marca. “Não prometemos emprego, mas 30% dos que passam pelo curso são contratados por alguma empresa de nossa cadeia”, afirma Massa.

Pois deu tão certo que a Coca aplicou a mesma lógica em outras frentes. Passou a formar profissionais para reciclar embalagens, além de coletar e armazenar matéria-prima em regiões remotas do país.

Hoje, é o Coletivo Floresta, que opera em 53 comunidades de Carauari e Manacapuru, na Amazônia, que abastece a empresa com açaí. “Mesmo sem exclusividade sobre a produção, nós conseguimos garantir nosso fornecimento”, diz Massa. Desde que foram

criados, os coletivos da Coca-Cola ajudaram a formar mais de 100 mil pessoas. É pouco. “Com nosso porte e capilaridade, temos de alcançar muito mais gente”, diz Massa. “Para ser realmente sustentável, o impacto das ações tem de ser proporcional à importância da empresa no mercado.”



Mais três empresas aderem ao Programa de Proteção ao Emprego

31/08/2015 - Fonte: Época



O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) anunciou nesta sexta-feira (28/08) a adesão de três empresas ao Programa de Proteção ao Emprego (PPE). Com as assinaturas, as primeiras desde o lançamento do projeto, 2,5 mil trabalhadores terão acesso ao projeto. A economia ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), estimada pelo ministério, será de mais de R\$ 6 milhões.

O PPE permite que a jornada de trabalho e os salários de empregados sejam reduzidos em até 30% em momentos de crise ou de forte queda de produção. Para o trabalhador, entretanto, o salário é cortado em até 15%, porque está prevista uma complementação com recursos do FAT.

O termo assinado pela Grammer do Brasil, do setor automobilístico, vai alcançar 451 trabalhadores por seis meses. A Rassini NHK Autopeças, também do ramo automobilístico, pediu o benefício para 551 trabalhadores em 3 meses.

Já a Caterpillar Brasil, do setor metalúrgico, solicitou o acesso de 1.498 funcionários ao programa por um período de 6 meses. A partir da assinatura do termo, as informações são repassadas à Caixa Econômica Federal, responsável pelo pagamento dos benefícios.

Os repasses para as três companhias já serão feitos a partir de setembro. Segundo o ministro Manoel Dias, o desembolso do FAT para compensar a perda salarial dos beneficiários será de R\$ 5,7 milhões.

"Se houvesse a dispensa desses 2,5 mil trabalhadores que buscariam o seguro-desemprego, o impacto seria R\$ 11,7 milhões", disse o ministro, ressaltando a importância de o programa garantir que os trabalhadores mantenham seus empregos. Segundo o MTE, a economia do FAT nesse caso é de 51%.

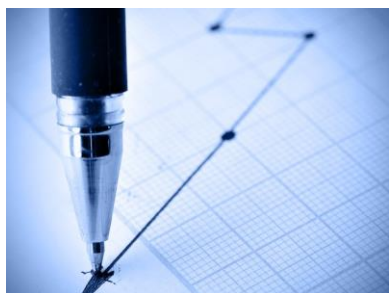
O programa foi lançado em julho com o objetivo de conter demissões no País. De janeiro até o mês passado já foram fechados 494 mil postos formais de emprego no Brasil. Esta é a primeira vez desde o início da gestão petista no Palácio do Planalto, em 2003, que o saldo acumulado do período ficou negativo. De acordo com Manoel Dias, outras sete empresas já manifestaram oficialmente interesse pela adesão ao programa.

Os processos estão em fase de acordos sindicais, que precisam ser definidos previamente com os trabalhadores. Ele espera que a adesão aumente, já que vários setores ainda estão negociando com os empregados. Recessão Para Manoel Dias, o quadro de recessão técnica apresentado hoje pelo IBGE, com retração de 1,9% do PIB no segundo trimestre, preocupa.

O ministro ponderou que o governo tem tomado ações para o Brasil retomar a posição que tinha antes da crise. Ele destacou que o número de vagas fechadas no ano é muito menor que as vagas formais criadas pelo governo petista.

Não há previsão para quando o Brasil vai voltar a crescer, dizem economistas

31/08/2015 - Fonte: Época



O Brasil entrou hoje oficialmente em recessão técnica, depois de o PIB cair pelo segundo trimestre consecutivo, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para os economistas ouvidos por Época NEGÓCIOS, o cenário é ainda pior do que parece — e não há previsão de quando o Brasil deve retomar o crescimento.

A aposta da agência de classificação de risco Moody's é de que uma recuperação ocorra só a partir de 2017, ano para o qual projeta uma expansão de 1,5%. Em 2018, a expectativa é de uma alta do PIB de 2,5%.

Para Monica de Bolle, sócia-diretora da Galanto Consultoria, o "técnica" que se segue ao termo recessão é eufemismo. "A recessão não é técnica, é uma recessão. Usar essa expressão faz a recessão parecer menos grave do que ela é. A recessão é grave", diz.

"O número que mais chama atenção é o do investimento — caiu 12% praticamente. É o pior resultado desde 1996. Situação absolutamente dramática, o reflexo de tudo que sabemos que está acontecendo na economia brasileira no momento."

Para a economista, o grande obstáculo para o Brasil voltar a crescer é a conjuntura que envolve a crise. Segundo ela, trata-se de uma crise política, econômica e, ao mesmo tempo, com um "escândalo de corrupção de proporções nunca antes vistas no país".

"Essas três coisas em conjunto tornam muito difícil enxergar como o país vai sair desse quadro recessivo. Não é à toa que muita gente já fala em recessão em 2016 e em alguma melhora, e mesmo assim não será grande coisa, em 2017."

Se estivesse em situação fiscal melhor, o governo poderia aplicar políticas de estímulo a setores estratégicos, diz Monica de Bolle. Mas para isso precisariam tirar dinheiro dos cofres públicos — o que não é uma opção no momento.

Para Affonso Celso Pastore, sócio-fundador da A.C Pastore & Associados, os indicadores para o 3º trimestre já mostram que a recessão não somente irá continuar, como irá se aprofundar nos próximos meses. "Essa recessão que estamos vivendo começou no 2º trimestre de 2014, e está se aprofundando num ambiente de inflação muito alta.", disse no 7º Congresso Internacional de Mercados Financeiros e de Capitais, realizado nesta sexta-feira, em Campos de Jordão.

Entre as razões apontadas pelo economista, está uma política fiscal que tem colocado "em risco a sustentabilidade da dívida pública", o que tem gerado alta depreciação cambial e saída de capitais. "Não há perspectiva de volta do crescimento. O consumo está em queda, em parte porque aceleramos o crescimento do desemprego, que vai alcançar níveis históricos nos próximos meses", afirmou.

Outro ponto apontado por Pastore para justificar a chegada de uma recessão é o estabelecimento de uma política que buscou controlar a inflação por meio do controle de preços administrados.

"Alguém descobriu que o Brasil não cresce, porque o custo de energia é alto. Foram então controlar o preço da gasolina, aumentando a energia", diz. O resultado, segundo Pastore, é que se por um lado o Banco Central pôde notar uma queda na inflação dos preços administrados, os preços livres aumentaram e empresas como a Petrobras, por exemplo, perderam R\$ 65 bilhões com esse controle.

Para o economista, a fraqueza da política fiscal implantada atualmente é que ela não consegue diminuir os gastos. "O problema está nos altos custos da Previdência, no desperdício que temos com gastos em educação, no uso de bancos públicos para subsídios e não só Bolsa Família, como Bolsa Escola, Bolsa Empresário."

A saída é promover reformas estruturais, que não conseguem ser aplicadas por falta de articulação política. "Não temos um governo que tenha capacidade política de fazer isso", afirma. Pastore não enxerga que um possível retorno da CPMF possa ajudar o governo a fechar as contas públicas.

Samuel Pessoa, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da FGV, defende que o Brasil vive "uma crise fiscal". "Temos uma sociedade que não consegue entrar em acordo sobre como vai pagar as suas contas", disse também no 7º Congresso Internacional de Mercados Financeiros e de Capitais.

Essa indefinição sinaliza que, nos próximos meses, mais ajustes virão, o que mantém a falta de confiança do empresário, mercado e investidor. "Podem ser ajustes por corte de gastos, aumento de tributos ou inflação. O fato é que não sabemos qual será a natureza, o que mantém as expectativas dos empresários deprimidas", diz. O resultado, para Pessoa, traduz-se na dificuldade para as empresas em fazer financiamentos a longo prazo

e dos empresários em calcular a taxa de retorno. "Nós conseguimos ver a economia se ajustando, mas o problema é que não conseguimos enxergar o crescimento do país."

O economista Ladislau Dowbor, da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, defende que o importante é atentar para as reais causas da recessão. Para ele, o problema está nas altas taxas de juros. "Você está travando o consumo, o investimento e a capacidade de gasto do governo", afirma.

Na visão dele, o governo tem ferramentas para retomar o crescimento: "É possível voltar a crescer através da redução da taxa Selic e da diminuição das taxas de usura que praticam os grandes bancos.

Não é possível os grandes intermediários financeiros terem aumento de lucro entre 25% e 30% em uma economia parada. O Brasil tem como intervir nisso, mas não cortando a demanda, porque isso vai destruir a economia."

Desemprego nas capitais se deteriora de forma mais rápida

31/08/2015 - Fonte: Exame



Existem claras diferenças na dinâmica da deterioração do mercado de trabalho no país, na avaliação do economista da GO Associados, Alexandre Andrade.

A comparação entre os resultados da Pesquisa Mensal de Amostras por Domicílio (PNAD) Contínua, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e da Pesquisa Mensal do Emprego (PME), revela que a taxa de desocupação está avançando mais rápido nas principais capitais brasileiras que em outras regiões. "Aparentemente, o desemprego nas regiões metropolitanas se deteriora de forma mais rápida que na média do país", comentou Andrade.

De acordo com a PNAD Contínua, a taxa de desocupação no Brasil aumentou 0,4 ponto porcentual entre o primeiro e o segundo trimestres de 2015, de 7,9% para 8,3%. Já o desemprego medido pela PME cresceu 0,6 ponto porcentual em apenas um mês, passando de 6,9% para 7,5% entre junho e julho.

O economista da GO Associados observa, porém, a necessidade de se considerar diferenças metodológicas entre as duas pesquisas, já que na Pnad Contínua o resultado é reflexo de uma média móvel, o que tende a suavizar distorções pontuais.

Andrade pontua que em São Paulo, onde a indústria e a construção civil são setores mais importantes, a taxa de desemprego está em 9,0%, acima da média captada pela Pnad, de 8,3%.

Por outro lado, em regiões onde o agronegócio é mais forte, a desocupação está mais baixa, em 5,5% na região Sul e em 7,4% na região Centro Oeste. Segundo ele, a tendência é que esta diferença continue devido à natureza econômica de cada região e ao diferente momento dos setores da atividade, com construção e indústria em queda e o agronegócio registrando ganhos.

O desemprego só não avançou ainda mais porque as pessoas estão aceitando formas precárias de ocupação para garantir a renda. "Chama a atenção o aumento da ocupação de quem se declara 'conta própria'. São pessoas que não conseguem encontrar emprego formal e partem para negócios próprios" explicou Andrade. Segundo ele, este processo revela a precarização da relação de trabalho.

Ao avaliar o avanço de 1,4% no rendimento real habitual no segundo trimestre de 2015 ante igual período de 2014, o economista da GO Associados disse que uma possível interpretação é que os reajustes salariais negociados no período ainda foram capazes de repor parte da inflação acumulada. "É um fenômeno atípico, que não deve ser observado nos próximos trimestres", projetou.

Incentivo à criação de micro e pequenas empresas deve estar na pauta desta semana

31/08/2015 - Fonte: Portal Contábil

Incentivo para a criação de empresas e proteção às finanças dos estados e das cidades são os dois principais temas do plenário nesta semana.

Os deputados deverão votar proposta de Emenda à Constituição que proíbe a União de impor ou transferir encargos financeiros ou prestação de serviços aos estados, ao Distrito Federal ou aos municípios, sem prever o repasse de recursos suficientes para o cumprimento dos novos encargos.

O deputado Arnaldo Faria de Sá, do PTB de São Paulo, critica a proposta. Segundo ele, o Congresso Nacional sai enfraquecido, já que não poderá votar, por exemplo, aumentos de salários a servidores estaduais.

"As pessoas não percebem o contexto desta PEC. Esta PEC vai fazer com que todos os senhores deputados virem apenas vereadores federais. Só poderão a partir de agora indicar pontes, rodovias, viadutos. Nada mais poderá ser apresentado como projeto, se for aprovada esta PEC. Esta PEC impede qualquer aprovação de matéria que gere despesas. É extremamente absurda esta PEC."

O autor da proposta, deputado Mendonça Filho, líder do DEM, acredita que o Congresso não deve mesmo definir salários de servidores dos Estados e municípios.

"A federação indica que as soluções com relação aos servidores estaduais e municipais deve ser dada e tratada no nível local, municipal ou estadual. E não uma imposição nacional, e todas as pautas do Brasil ficam concentradas no Congresso Nacional. Ou a gente transforma o Brasil num estado unitário, acaba com os governos estaduais, ou a gente respeita aquilo que foi determinado pela Constituição Federal, que é a formação de uma federação."

O outro grande tema da semana é o projeto de lei complementar que aumenta os limites máximos de receita bruta anual para que empresas se enquadrem no Supersimples, regime de cobrança de tributos simplificado, que beneficia micro e pequenas empresas.

O texto amplia de 300 mil para 900 mil reais de receita bruta para microempresas se enquadrarem no Supersimples, e de 3 milhões e 600 mil reais para 14 milhões e 400 mil reais para as pequenas empresas.

A proposta estava pautada para a semana passada, mas a votação foi adiada para esta terça-feira depois de apelo feito pelo governo para discutir mais o tema. Segundo a Receita Federal, a proposta provoca perda de 11 bilhões e 400 milhões de reais por ano para os governos federal, estaduais e municipais.

O relator do projeto, deputado João Arruda, do PMDB do Paraná, defende que qualquer perda na arrecadação será compensada com o aumento de empresas formais.

"Qualquer renúncia fiscal na verdade não é renúncia, é investimento: investimento em novas empresas, no estímulo à criação de novas empresas e, por consequência, na ajuda à economia brasileira. Geração de empregos, novas empresas, e algo que pode combater a crise que nós estamos enfrentando."

Ainda nesta semana os deputados poderão votar outras propostas, como a que regulamenta o período entre a edição da medida provisória que mudou as regras do seguro-desemprego e o momento em que as mudanças viraram lei.

Como o texto foi modificado pelo Congresso, esse período de tempo acabou ficando numa espécie de limbo entre a lei anterior e a atual. Outra possibilidade é a proposta que altera o novo Código de Processo Civil para restabelecer a análise prévia, pelo tribunal de justiça ou tribunal regional federal, de recursos encaminhados ao Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça.

Economia do Brasil tem pior 2º tri em seis anos e entra em recessão

31/08/2015 - Fonte: Reuters



A economia brasileira entrou em recessão técnica oficialmente ao encolher mais do que o esperado no segundo trimestre, com contração da indústria, serviços e agricultura, assim como queda nos investimentos e consumo das famílias, pavimentando ainda mais o caminho para o país fechar 2015 com o pior desempenho da atividade em 25 anos.

Entre abril e junho, o Produto Interno Bruto (PIB) encolheu 1,9 por cento sobre os três meses anteriores e caiu 2,6 por cento na comparação anual, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta sexta-feira.

Pesquisa Reuters apontava que a economia teria queda de 1,7 por cento entre abril e junho frente ao trimestre anterior e de 2 por cento sobre um ano antes.

O resultado de abril a junho foi o pior desde o início de 2009, auge da crise financeira global, tanto na base anual quanto trimestral. Também foi o segundo período de três meses consecutivo de contração no Brasil, depois da queda revisada de 0,7 por cento no primeiro trimestre deste ano contra o período imediatamente anterior.

"O consumo já não é mais o motor de crescimento pois as pessoas estão começando a se ajustar à realidade..., estão pisando no freio. Estamos lidando com muito mais desemprego e confiança mais baixa", afirmou o economista-sênior do BESI, Flavio Serrano.

Segundo o IBGE, no trimestre passado, o consumo das famílias teve o pior resultado em mais de 14 anos, com queda de 2,1 por cento sobre janeiro a março. Foi o segundo período seguido de contração, depois de queda de 1,5 por cento no primeiro trimestre.

"O consumo das famílias reflete uma deterioração do emprego e da renda no país. Há ainda encolhimento do crédito, aumento da inflação e os juros estão mais altos", afirmou a coordenadora da pesquisa de PIB do IBGE, Rebeca Palis.

Ainda segundo o IBGE, o consumo do governo foi exceção aos números negativos, com crescimento de 0,7 por cento no período.

O cenário econômico brasileiro não podia ser pior, com atividade encolhendo e desemprego crescente e inflação elevada--hoje, acima de 9 por cento em 12 meses, muito além do teto da meta do governo, de 4,5 por cento pelo IPCA, com margem de dois pontos percentuais para mais ou menos.

Pelo lado da oferta, o desempenho também foi sofrível, atingido em cheio pela falta de confiança e os sinais de perda de fôlego da China, uma dos principais parceiros do país, podem piorar ainda mais esse quadro daqui para frente.

Pesa ainda a grave crise política e fiscal, que colocou em risco o selo de bom pagador do país. A presidente, Dilma Rousseff lida com taxas de aprovação em mínimas históricas e enfrenta resistência política às medidas de austeridade que têm o objetivo de salvar a nota de grau de investimento do país.

Segundo o IBGE, o setor industrial encolheu 4,3 por cento contra janeiro a março, pior momento desde o primeiro trimestre de 2009. Já a agropecuária caiu 2,7 por cento no mesmo período e os serviços tiveram retração de 0,7 por cento.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), uma medida de investimentos, despencou 8,1 por cento no segundo trimestre ante o período anterior, também o pior desempenho desde o primeiro trimestre de 2009.

Pela pesquisa Focus do Banco Central, que ouve semanalmente uma centena de economistas, a projeção é de que o PIB encolherá 2,06 por cento neste ano e 0,24 por cento em 2016. Se confirmado o resultado de 2015, será a pior recessão do país desde 1990.

O IBGE manteve a conta de que o país cresceu apenas 0,1 por cento em 2014, comparado com 2013.

AJUDA EXTERNA

Com a alta do dólar em relação ao real, o setor externo teve uma participação positiva na economia, mas não deve repetir o feito daqui para frente diante do novo cenário chinês, com sinais de desaceleração da segunda maior economia do mundo.

Segundo o IBGE, as exportações cresceram 3,4 por cento no trimestre passado, sobre o período imediatamente anterior, e 7,5 por cento na comparação anual.

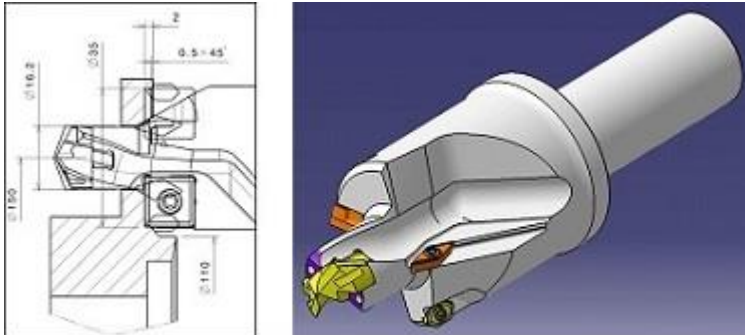
Poucos motores externos de crescimento ainda existem agora que a demanda chinesa por matérias-primas brasileiras desacelerou e os preços das commodities caíram, ofuscando a vantagem cambial dos produtos brasileiros. Neste ano, até a véspera, o dólar já subiu 33,63 por cento sobre o real.

"O resultado do PIB só não foi pior porque a gente teve contribuição razoável do setor externo. Deu ajuda bastante importante", afirmou a economista-chefe da Rosenberg & Associados, Thais Zara, acrescentando que o PIB teve contribuição de -5,2 por cento da absorção doméstica e de +2,7 por cento do setor externo, na comparação anual.

Ele informou ainda que vai piorar sua projeção para a queda do PIB deste ano, que está em 2 por cento.

Demanda por ferramentas especiais se mantém estável

31/08/2015 - Fonte: Usinagem Brasil



Projeto de ferramenta especial da Iscar

Num cenário marcado pela retração da atividade industrial, como o atual quadro brasileiro, são raros os setores ou segmentos que conseguem se destacar. Um deles é o de ferramentas especiais. Ainda que não esteja registrando crescimento na produção, vem conseguindo estabilidade em relação a 2014, o que para as empresas que atuam nesse segmento pode ser considerado bastante positivo.

“A demanda por ferramentas especiais na Iscar do Brasil está no mesmo nível de 2014”, afirma Rafael Possari, gerente Industrial da empresa. Ele explica que há no mercado retração no que se refere a ferramentar máquinas novas, já que os investimentos em equipamentos estão em queda. “Mas as indústrias estão buscando melhorar a produtividade e as ferramentas especiais são um importante meio para isso”.

Cristiano Jorge, gerente de Produção da Seco Tools do Brasil, faz análise semelhante. “No primeiro semestre não houve retração. Mantivemos um nível de negócios igual ao do ano passado”, diz.

Em sua opinião, esse desempenho se deve não só ao fato da busca por maior competitividade pelas indústrias, mas também porque “alguns setores estão ganhando destaque e gerando demanda de ferramentas especiais devido a sua complexidade, caso do setor aeroespacial e de geração de energia”.



Ferramenta especial Feed-Out, da Seco Tools

Possari lembra que, no caso específico da Iscar, outros fatores têm contribuído para o bom desempenho. A empresa realizou dois importantes investimentos este ano em sua fábrica de Vinhedo: dobrou a capacidade de produção de brocas especiais da linha Sumocham (brocas com insertos intercambiáveis) e aumentou a capacidade de afiação de insertos especiais com adicional para ferramentas de PCD/CBN.

"Além disso, a procura por competitividade aumentou a demanda por alargadores de alta performance (fixos e expansíveis), processo que desenvolvemos em 2014 e que hoje está a todo vapor".

O gerente da Seco Tools avalia que o menor ritmo de atividade, associada a necessidade de ser mais competitivas, também promoveu algumas mudanças no comportamento das indústrias brasileiras, que estão mais abertas para novas soluções e alternativas.

"As empresas também já se deram conta de que a simples troca de pastilhas pelas de um concorrente com preços mais baixos, não é mais suficiente para atender os níveis técnicos e de produtividade do mercado atual", observa.

Para ele, as empresas valorizam atualmente "fornecedores com soluções completas, e não só com a fabricação da ferramenta especial, pois existem dezenas no mercado brasileiro, mas o estudo, projeto e aplicação técnica também são fundamentais".

2016 - De acordo com Rafael Possari o faturamento deve fechar 2015 com o mesmo resultado de 2014, apesar de o mercado de ferramentas em geral estar retraído. "Para 2016, acreditamos que a demanda será maior que em 2015, pois com o aumento da taxa de câmbio as ferramentas nacionais tem ganhado competitividade frente às importadas tanto no mercado nacional, quanto no internacional".

O gerente destaca ainda que este fato possibilitou que a filial brasileira passasse a exportar especiais. "Como empresa global, temos aproveitado a demanda de ferramentas especiais principalmente de países como Alemanha, México e EUA".

Para Cristiano Jorge, existe a possibilidade de a área de especiais da Seco Tools fechar o exercício atual no mesmo nível ou pouco superior ao realizado em 2014. Quanto a 2016, lembra a dificuldade de se fazer previsões no Brasil.

"Espero que, até o final de 2015, ao menos tenhamos chegado ao fundo do poço nas questões políticas e econômicas e que esse cenário de incertezas mude. Para 2016, esperamos que seja um ano melhor, mas ainda é difícil afirmar se realmente será".

Setor ferroviário mantém projeções otimistas para 2015

31/08/2015 - Fonte: Usinagem Brasil

O aprofundamento da crise econômica no primeiro semestre não alterou as projeções otimistas feitas pela indústria ferroviária para 2015. De acordo com Vicente Abate, presidente da Abifer - Associação Brasileira da Indústria Ferroviária, a entidade mantém firme a expectativa de uma produção de pelo menos 4 mil vagões, 90 locomotivas e 420 carros de passageiros no decorrer deste ano. No ano passado, a produção de vagões - carro-chefe do setor - ficou na casa das 4.700 unidades.

A Abifer também espera aumento na receita. "Devemos faturar alguma coisa entre 5% e 10% mais do que em 2014", diz Abate. O faturamento da indústria ferroviária foi de R\$ 4,5 bilhões no ano passado, com alta de 24% diante de 2013.

Este salto, que não será repetido este ano, é explicado por Abate como consequência de o setor trabalhar com contratos de longo prazo e encomendas antecipadas, e 2014 ter sido um ano de muito mais quitações que o anterior: "É uma característica que faz o setor ter um desempenho geralmente descolado do PIB".

O presidente da Abifer, no entanto, adverte que o cenário para a indústria poderá não ser tão favorável em 2016, se a economia do País não reagir. A seu ver, será preciso que o

governo ao menos antecipe a renovação dos contratos de concessão das empresas que operam com o transporte de cargas, para que elas possam investir.

Os atuais contratos vencerão entre 2026 e 2028 e englobam hoje seis grandes áreas de concessões, da MRS, VLI, Rumo-ALL, Transnordestina e da Estrada de Ferro Teresa Cristina - linhas herdadas da extinta Rede Ferroviária Federal (RFFSA) - e da Vale, que foi privatizada no final dos anos 1990 e opera os trajetos da antiga estatal.

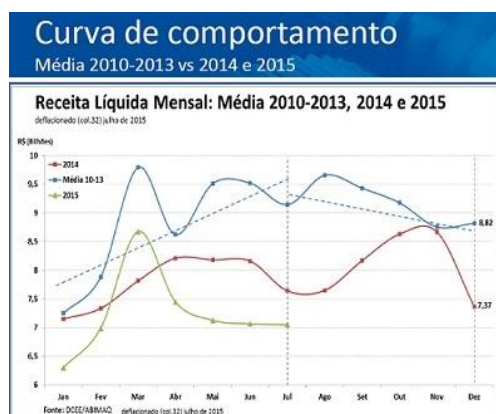
Segundo Abate, a extensão antecipada dos contratos de concessão poderia levar as empresas, em troca, a investirem no curto e médio prazo ao menos R\$ 16,4 bilhões nas linhas já existentes, dentro do Programa de Investimentos em Logística (PIL) anunciado este ano pela presidente Dilma Rousseff, e que prevê investimentos de R\$ 198,8 bilhões em várias áreas da infraestrutura até a próxima década.

Os investimentos totais previstos no PIL para as ferrovias deverão somar R\$ 86,4 bilhões, priorizando novas linhas, ramais e duplicações, ampliação de capacidade de tráfego, novos pátios e equipamentos de controle e expansão do material rodante.

O presidente da Abifer também acredita que a efetivação imediata do Programa de Modernização da Frota poderia ser outro grande indutor de investimentos. O programa prevê a substituição de 40 mil vagões e 1.400 locomotivas nos próximos dez anos. Dos 100.010 vagões que compõem a frota atualmente, 40.720 têm mais de dez anos, e das 3.200 locomotivas, 1.400 têm mais de 40 anos. (Alberto Mawakdiye).

Máquinas: queda em 2015 deve superar os 12% de 2014

31/08/20- Fonte: Usinagem Brasil



A indústria de máquinas e equipamentos deve fechar o exercício de 2015 com queda superior aos 12% registrados no ano passado. A estimativa é da Abimaq, entidade que reúne os fabricantes do setor, que divulgou o balanço setorial na última quarta-feira.

Se a previsão for confirmada, será o terceiro de queda consecutiva da indústria nacional de máquinas e equipamentos. Isso significa que nos últimos três anos - somando as quedas de 2013 (-5%), 2014 (-12%) e 2015 (-12%) - o setor irá encolher em um terço o seu faturamento. Reflexo disso é que, desde meados de 2013, o número de empregados entre os associados da Abimaq vem diminuindo: foram fechados 33 mil postos de trabalho nos últimos 12 meses, mais de 10% do total.

Para explicar a previsão de queda superior a de 2014, já que de janeiro a julho a receita líquida do setor caiu 7%, o diretor de Competitividade da Abimaq Mário Bernardini recorre ao gráfico acima, que retrata a curva de comportamento da receita líquida do setor.

Nele, a linha verde representa o faturamento em 2015 e a linha vermelha, o de 2014 (a azul é a média entre 2010 e 2013). “Ainda que o faturamento não caia nos próximos meses - numa hipótese otimista - a base de comparação será com meses melhores do ano passado. Por isso, avaliamos que a queda será maior que a de 2014”.

BALANÇO DE JULHO - A receita líquida total da indústria de máquinas e equipamentos fechou o mês de julho em queda de 0,2% na comparação com o junho e de 7,7% na comparação com julho de 2014. No mês, as exportações caíram 2,7 na comparação com o mesmo anterior e 26% em relação ao mesmo mês de 2014. Já as importações, aumentaram 3,2% no mês, mas estão 23,6% abaixo das do mesmo mês de 2014.

Já o consumo aparente apresentou alta de 3,3%, na comparação com junho e queda de 3,4% na comparação com julho de 2014. No acumulado do ano, a retração é de 4,6%. Porém, de acordo com a Abimaq, se desconsiderado o efeito cambial, ou seja, com câmbio fixo igual ao do mesmo período de 2014, o resultado apurado é de queda de 16,6%. Um dado preocupante, na avaliação da entidade, pois indica mais uma queda na taxa de formação bruta de capital fixo.

Correias Mercúrio investe R\$ 100 milhões em nova fábrica

31/08/20- Fonte: Usinagem Brasil



A Correias Mercúrio irá investir R\$ 100 milhões na instalação de uma fábrica no Distrito Industrial de Marabá, no estado do Pará. Com a nova unidade, a empresa - que está comemorando 70 anos de atividades - pretende consolidar sua liderança no mercado nacional e expandir a atuação na América do Sul.

“Estamos colocando em prática um plano estruturado de crescimento e internacionalização, que passa pela consolidação da nossa liderança no mercado nacional e penetração no mercado sul-americano”, explica Fausto Bigi, CEO da Correias Mercúrio. “A unidade de Marabá tem importância fundamental para o aumento da nossa capacidade produtiva, eficiência no relacionamento com clientes e crescimento”.

Líder do mercado brasileiro, a Correias Mercúrio, fornece mais de 16 mil toneladas de correias transportadoras ao ano no mercado brasileiro e sul-americano - a nova unidade será instalada em área de 100 mil m² e terá capacidade de produção de 7 mil t/ano.

Os produtos são projetados e fabricados sob medida, atendendo mais de 40 segmentos de mercado, com destaque para as áreas de mineração, siderurgia, construção e agrícola.

Em 2016, após a inauguração da fábrica de Marabá, a matriz em Jundiaí (SP) irá direcionar sua produção também ao mercado internacional. Também a partir de 2016, a empresa contará com novo centro de distribuição e logística, com o objetivo de dar maior agilidade ao escoamento da produção da unidade paulista.

Para atender aos objetivos de internacionalização dos negócios, a Mercúrio implantou área de exportação voltada ao mercado sul-americano, com foco especial no Chile, país estratégico para a penetração no mercado internacional - trata-se do segundo maior mercado minerador da América do Sul, atrás apenas do Brasil, e o maior produtor mundial de cobre.

A empresa já conta com escritório em Santiago, com equipe de profissionais locais e suporte técnico imediato para os clientes da região.

Com déficit fiscal, dólar abre em alta ante o real; Bolsa despencou

31/08/20- Fonte: Gazeta do Povo

A decisão do governo de mandar um Orçamento prevendo déficit primário para o Congresso foi mal recebida pelos mercados nesta segunda-feira (31). O dólar iniciou a sessão em alta em relação ao real, precificando, além do problema fiscal, o viés positivo da moeda norte-americana ante divisas emergentes e ligadas a commodities nesta manhã.

Às 9h38, o dólar à vista no balcão exibiu valorização de 1,79%, negociado a R\$ 3,6470. Na BM&FBovespa, no mesmo horário, a moeda para outubro subiu 1,75%, a R\$ 3,6845. A Bovespa abriu em forte queda. Às 10h20, o Ibo vespa, seu principal índice, recuava 2,3%.

A proposta do orçamento do ano que vem deve conter um déficit primário da ordem de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) - próximo de R\$ 30 bilhões. Com a decisão, tomada após o governo abandonar a ideia de recriar a CPMF, por não encontrar respaldo para o projeto nem no Congresso nem entre empresários, a meta de superávit primário de 2016, de 0,7% do PIB, será reduzida novamente.

O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, manifestou preocupação com a exposição do rombo, por considerar que ele pode levar o Brasil a perder o grau de investimento.

Tuper explica as diferenças entre os principais tipos de aço inox

31/08/20- Fonte: Tuper

Mais resistente à corrosão do que o aço comum, o aço inoxidável – ou aço inox – é uma liga metálica formada por elementos químicos, entre eles o ferro e o cromo. Conhecido principalmente por eliminar os inconvenientes da ferrugem, o aço inoxidável pode ser encontrado em diferentes tipos e composições.

A questão é que, diante de tantas variedades, surgem também os mitos sobre o produto. Um deles é o de que os ímãs não deveriam atrair o aço inox e, portanto, se isso ocorrer, é porque o material não é puro.

De acordo com o gerente de Engenharia de Desenvolvimento de Produto e Processo da Tuper, Marcio Roberto Nenevê, a afirmação nem sempre é verdade, pois todos os aços inoxidáveis das famílias dos ferríticos e martensíticos são magnéticos.

“O fato de um ímã grudar ou não no aço inox não diz nada sobre a ‘pureza’ do material, apenas diferencia a composição química dele”, explica. Além disso, por ser uma liga metálica e não um metal composto por um único elemento químico, não se pode classificar o inox como puro ou não puro.

“Qualquer aço inox é produzido a partir de uma mistura de elementos. E é na complexidade das composições químicas que se obtém um material de melhor qualidade, com mais resistência e durabilidade. São essas as características que a Tuper oferece em suas Ponteiros Premium.

Nosso compromisso com o cliente está em primeiro lugar e, por isso, nossas ponteiros são produtos exclusivos e diferentes de tudo o que há no mercado, com acabamento de primeira e 100% inox”, diz o gerente.

Entre os principais tipos de aço inox estão os austeníticos, ferríticos e martensíticos. Os austeníticos (tipos 304, 304L, 316 e 316L) possuem de 17% a 25% de cromo e de 7% a 20% de níquel.

Apresentam alta ductilidade, ou seja, facilidade de trabalhar com o material, bom desempenho em soldagem e são o tipo de aço inox mais utilizado por apresentar boa resistência à corrosão. Os aços inoxidáveis desta classe não são magnéticos, ou seja, não são atraídos por ímãs.

Os ferríticos (tipos 430, 409, 439 e 441) têm de 11% a 20% de cromo e menos de 0,08% de carbono. Apresentam fácil conformação, boa soldabilidade e boa resistência à fadiga térmica, o que significa um bom desempenho em aplicações que sofrem ciclos de variações de temperatura, como componentes do sistema de exaustão de veículos, por exemplo. Os aços desta classe são magnéticos.

Há ainda os martensíticos (tipo 420 e 410), que contam com 12% a 18% de cromo e de 1% a 1,5% de carbono. São magnéticos, pouco soldáveis e apresentam alta dureza e resistência ao desgaste, o que faz com que estes materiais sejam muito utilizados na fabricação de facas.

Sobre a Tuper

Com mais de 40 anos de atuação, a Tuper é uma das maiores processadoras de aço do Brasil, segundo o INDA (Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço). A empresa acompanha a evolução do mercado com amplas linhas de produtos, atendendo as mais exigentes normas nacionais e internacionais.

Com quatro unidades industriais e capacidade produtiva de 550 mil toneladas de aço/ano, fornece para diversos segmentos como: Construção Civil, Automotivo, Máquinas e Implementos Agrícolas e Rodoviários, Industrial, Óleo e Gás, entre outros.

Seu portfólio de produtos contempla soluções tubulares para aplicações industriais, estruturais e de condução, tubos para óleo e gás, soluções automotivas e sistemas construtivos.

Instalada em Santa Catarina, emprega atualmente 2,5 mil profissionais e conta com mais de 20 pontos de distribuição em todo o território nacional. Graças ao alto padrão de qualidade, parque fabril moderno e excelência de seus produtos, a empresa tem participado de grandes projetos de infraestrutura para o desenvolvimento do país, entre os quais o fornecimento de soluções em aço para nove estádios preparados para sediar a Copa do Mundo, sete aeroportos, cinco gasodutos e mais de quarenta shoppings centers.

Atenta às oportunidades e demandas de mercado, a Tuper contribui de forma significativa para impulsionar o setor do aço. As áreas de Engenharia e Pesquisa e Desenvolvimento contam com a parceria de centros de pesquisas, universidades nacionais e internacionais, entidades representativas e empresas líderes mundiais em tecnologia.

Entre os exemplos estão a parceria com a FEV, renomada empresa de engenharia alemã que atua no desenvolvimento de soluções para o mercado automotivo. No setor de construção civil, um convênio de cooperação científica com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) possibilita pesquisas focadas em novas tecnologias na linha de estruturas metálicas tubulares.

Além disso, a Tuper integra ainda o Comitê de Petróleo e Gás da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc).

Credores da MMX, de Eike Batista, aprovam recuperação judicial

31/08/20- Fonte: Valor Econômico

A MMX Sudeste, mineradora do empresário Eike Batista, conseguiu aprovar em assembleia geral de credores, nesta tarde, em Belo Horizonte (MG), o plano de recuperação judicial da companhia.

O plano foi aprovado por 77,91% dos credores quirografários (sem garantias) e por 100% dos credores trabalhistas.

Agora o plano de recuperação judicial da MMX Sudeste, controlada pela MMX S.A., empresa listada na BM&F Bovespa, precisará ser homologado pela juíza da 1ª Vara Empresarial da Comarca de Belo Horizonte, onde tramita o processo de recuperação judicial da MMX.

A expectativa de pessoas próximas da MMX é de que o plano seja homologado, uma vez que foi aprovado por ampla maioria de credores. A não aprovação pela Justiça levaria a empresa à falência.

Pelo plano, serão reestruturadas dívidas superiores a R\$ 700 milhões. Isso não significa, porém, que a MMX vai pagar toda essa dívida. O plano consiste em vender ativos para cobrir parte dos débitos e, além disso, os credores terão de aceitar um desconto nos créditos que possuem.

Só os credores quirografários detêm um total de créditos da ordem de R\$ 740 milhões, sendo que 77,91% desse total (R\$ 577,89 milhões) votaram a favor do plano.

Os credores de micro e pequenas empresas, com débitos menores, receberão os valores de forma integral. Essa foi uma mudança feita no plano que beneficiou micro e pequenas empresas.

Pelo plano, a trading Trafigura deve aportar um valor inicial de R\$ 70 milhões para assumir o controle das minas de minério de ferro da MMX Sudeste na Serra Azul, na região metropolitana de Belo Horizonte. Esse dinheiro aportado pela Trafigura será usado para pagar credores da MMX. Também haverá vendas de fazendas e de terminais logísticos nos quais a MMX têm participação acionária.

A Trafigura já havia adquirido, no começo de 2014, o controle do Porto Sudeste, em Itaguaí (RJ), que também pertencia à MMX.

A crise atual será desperdiçada?

31/08/20- Fonte: Valor Econômico

Sob a coordenação do professor Fernando Homem de Mello, participei na Fipe de um interessante seminário em torno da seguinte reflexão: "O Brasil não pode desperdiçar a crise atual".

O competente expositor, Octavio de Barros, economista-chefe do Bradesco, tomou uma posição clara, descrevendo a crise como aguda e suficientemente forte para levar o governo, a classe política e os agentes econômicos a avançarem em temas decisivos para o futuro do país. Ele acha que é nos momentos de crise aguda que se promovem mudanças e reformas - dificilmente implementadas em condições de normalidade.

O que está em jogo, segundo Octavio de Barros, é permitir que o País ao final de 2016 e em 2017 possa avançar para bem além de uma mera recuperação cíclica que irá certamente ocorrer. Para ele, muito mais importante do que perseguir obcecadamente o superávit primário que estabiliza a relação dívida/PIB, "tirando leite de pedra" em um contexto de forte recessão, seria construir uma nova governança orçamentária com limitação quantitativa da expansão do gasto público total pelo crescimento do PIB nominal.

Com isso, a superação das incertezas fiscais seria facilitada. Fazer superávit primário deixaria de ser "uma batalha morro acima".

Quatro agendas foram propostas: "agenda da governança orçamentária" (limitação de gastos por lei e foco na qualidade do gasto), "agenda da produtividade" (*doing business*, trabalhista, tributária, abertura e educacional), "agenda do aumento da potência da política monetária" (redução forte do dualismo do mercado de crédito e menor indexação e gradualmente menor meta de inflação), e a "agenda da infraestrutura" (BNDES focado, segurança jurídica e papel protagônico do setor privado).

O economista acrescentou que a dramaticidade da crise atual já provocou algumas mudanças (seguro desemprego, pensão por morte, reoneração da folha, eventualmente novas regras de aposentadoria, etc.) e poderá precipitar reformas mais amplas a partir de 2016.

Apesar de o expositor ter insistido que essas quatro agendas favorecem ainda que não determinem um cenário mais promissor, alguns colegas exibiram ceticismo, sugerindo que o ambiente político impossibilitará reformas e avanços.

O contra-argumento de Octavio de Barros é o de que o Brasil não tem nenhum problema que mereça ser classificado como insolúvel e que é sim possível se costurar uma agenda mínima de real interesse do País.

Lembrei que, no mercado de trabalho, a situação já é grave. Em dois anos saímos de um "apagão de mão de obra" para um "apagão de empregos". Com raras exceções, os empresários estão pessimistas, com muito estoque, poucos pedidos em carteira e enorme capacidade ociosa. Uma eventual retomada da atividade usará a referida ociosidade, sem gerar um "boom" de empregos. Tudo indica que a crise de emprego se arraste por dois anos.

Será que esse sofrimento se transforme efetivamente em um mobilizador das necessárias reformas nos campos tributário, previdenciário, regulatório e trabalhista? Vejam, por exemplo, o caso da indexação salarial. Passamos por todas as crises e planos econômicos e essa doença continua ativa. São raríssimas as negociações salariais com base em ganhos de produtividade e a tendência da Justiça do Trabalho, com ou sem recessão, é sempre de decidir pelo reajuste dos salários pela inflação passada.

Será que os atuais 7,5% de desemprego serão suficientes para mudar essa mentalidade? Um PIB negativo de 2,5% afastará os que buscam no Estado os remédios para a sua ineficiência? Os parlamentares promoverão a reforma previdenciária?

Octavio de Barros está certo quando diz que esta crise não pode ser desperdiçada. Mas, para tanto, o país precisa de governantes estadistas que coloquem os interesses da Nação acima dos interesses corporativos de grupos privilegiados. Não é o que temos hoje.

(José Pastore é professor da FEA-USP, Presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Fecomercio-SP e membro da Academia Paulista de Letras.)